

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS
EDUCACIONAIS EM REDE - MESTRADO PROFISSIONAL**

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

**REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: políticas para um *Campus* de
instituição da Rede Federal de Educação Profissional,
Científica e Tecnológica**

**Santa Maria, RS
2019**

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: políticas para um *Campus* de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede.

Orientador: Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi

Santa Maria, RS
2019

Moura, Débora Cristina Daenecke Albuquerque

M929r Repositório Institucional: políticas para um Campus de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica / Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura. - 2019.

106 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede / Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, Santa Maria, RS, 2019.

Orientador: Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi

1. Comunicação científica. 2. Repositórios institucionais. 3. Acesso Aberto. I. Cordenonsi, André Zanki. II. Título.

CDU 001

Elaborada por Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura - CRB 10/2229

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: políticas para um *Campus* de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologias Educacionais em Rede.

Aprovado em 19 de agosto de 2019.

André Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Giliane Bernardi, Dra. (UFSM)

Ricardo Antônio Rodrigues, Dr. (IFFAR)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, Augusto Albuquerque Moura, companheiro de tantas jornadas, sempre me apoiando e me incentivando a prosseguir, superar obstáculos, alcançar meus objetivos e sonhos com amor e carinho que não tem medida! Obrigada por entender minhas ausências e tensões que fazem parte dos caminhos trilhados.

Minha família, em especial meus pais, Paulo e Marli, sempre grande incentivadores de suas filhas, enfatizando durante toda nossa vida a importância dos estudos, nossa autonomia e defesa de nossos ideais.

Minha amiga Maiara Berlt sempre espontânea, incentivadora, compreensiva e de coração aberto em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à honrosa Universidade Federal de Santa Maria pela oferta de ensino de qualidade, público e gratuito, oportunizando mudanças na vida de tantas pessoas!

Ao meu orientador, Professor Doutor André Zanki Cordenonsi, por me acompanhar ao longo destes dois anos de mestrado, ensinando, guiando o desenvolvimento desta pesquisa e contribuindo com meu crescimento acadêmico. Obrigada pela oportunidade!

À Professora Doutora Giliane Bernardi e ao Professor Doutor Ricardo Antônio Rodrigues pelas contribuições e questionamentos nas fases da qualificação e defesa, enriquecendo este trabalho.

Aos colegas do IFFAR *Campus* Panambi que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, em especial à equipe da Biblioteca Moacyr Scliar, sempre prestativos e compreensivos.

RESUMO

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: políticas para um *Campus* de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

AUTORA: Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura
ORIENTADOR: André Zanki Cordenonsi

Os Repositórios Institucionais (RI) virtuais são plataformas que funcionam como uma biblioteca digital destinados ao armazenamento, preservação e comunicação do conhecimento produzido pelas instituições de ensino e pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das ciências. Sob o olhar do Acesso Aberto este trabalho apresenta como produto final a proposta de políticas para um RI para um *Campus* de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica situada no Rio Grande do Sul com o de preservar e proporcionar acesso às pesquisas realizadas dentro da instituição nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de pesquisa qualitativa, utilizando-se o método de estudo de caso, que permitiu maior aprofundamento dos dados coletados. As técnicas de coleta de dados que compuseram o estudo de caso foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista, por meio dos quais foi possível reunir vasta gama de informações que auxiliaram no atingimento dos objetivos da pesquisa. Ao final da elaboração da política, a mesma foi avaliada por servidores da instituição utilizando-se o modelo SCALE e foram realizadas alterações com base nos resultados obtidos nos questionários de avaliação. Na avaliação do produto foi possível constatar que a comunidade científica do *Campus* mostra-se aberta e otimista quanto à ferramenta, visualizando diversos pontos positivos no artefato e avaliando bem a iniciativa. Almeja-se que a instituição aproprie-se do produto deste trabalho, ofertando um serviço que beneficiará toda comunidade da instituição - alunos e servidores. A pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais em Rede, pertencente ao Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede da Universidade Federal de Santa Maria.

Palavras-chave: Repositórios institucionais. Comunicação científica. Acesso Aberto.

ABSTRACT

INSTITUTIONAL REPOSITORY: policies for an institution's Campus of a Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education

AUTHOR: Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura
ADVISOR: André Zanki Cordenonsi

Virtual Institutional Repositories (IR) are platforms which act as a digital library. They are used for storage, preservation and communication of knowledge produced by educational and research institutions, contributing to the development of science. From the Open Access perspective, this work presents as a final product the proposal of policies for an IR to a Campus of an institution of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education located in Rio Grande do Sul, with the objective of preserving and providing access to the research conducted in the institutions' activities of teaching, research and extension. This is a qualitative research, using the case study method, what allowed a deeper study of the collected data. The data collection techniques which composed the case study were bibliographic research, documentary research and interview, through which it was possible to gather a wide range of information that helped to achieve the research objectives. At the end of the policy's elaboration, it was evaluated by the institution's servants using the SCALE model and changes were made based on the results obtained in the evaluation questionnaires. In the product evaluation it was possible to determine the Campus scientific community is open and optimistic about the tool, viewing several positive points in the artifact and evaluating the initiative well. It is intended the institution appropriates the product of this work, offering a service which will benefit the community of the institution – students and servants. The research is linked to the research line Development of Networked Educational Technologies, belonging to the Professional Master in Networked Educational Technologies of the Federal University of Santa Maria.

Keywords: Institutional repositories. Scientific communication. Open Access.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais características do DSpace	30
Figura 2 – Pilares do DSpace CRIS	32
Figura 3 – Estrutura do DSpace CRIS	33
Figura 4 – Estrutura de relacionamento do DSpace CRIS	33
Figura 5 – Fases da construção de repositórios institucionais em acesso aberto	41
Figura 6 – Faixa etária dos respondentes	54
Figura 7 – Formação dos respondentes	54
Figura 8 – Frequência de utilização	55
Figura 9 – Resultados dos questionários sobre a seção “Suporte”	56
Figura 10 – Resultados dos questionários sobre a seção “Credibilidade”	57
Figura 11 – Resultados dos questionários sobre a seção “Acurácia”	58
Figura 12 – Resultados dos questionários sobre a seção “Legitimidade”	59
Figura 13 – Resultados dos questionários sobre a seção “Estrutura”	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acesso Aberto
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CPD	Centro de Processamento de Dados
CRIS	Current Research Information System
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
HP	Hawlett-Packard
IES	Instituições de Ensino Superior
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MIT	Massachusetts Institute of Technology
OAM	Open Access Movement
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Haversting
OAI	Open Archives Initiatives
PII	Política Institucional de Informação
ROARMAP	Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RI	Repositório Institucional
SDUM	Serviço de Documentação da Universidade do Minho
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
USP	Universidade de São Paulo
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Objetivo Geral	13
1.2	Objetivos Específicos	13
1.3	Justificativa	13
2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO	16
3	REPOSITÓRIOS DIGITAIS	23
4	DSPACE	29
4.1	Dspace Cris	31
5	TRABALHOS CORRELATOS	35
5.1	RepositóriUM – Universidade do Minho – Portugal	35
5.2	LUME – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	37
5.3	RPA - IFFAR <i>Campus</i> Júlio de Castilhos	38
6	METODOLOGIA DE PESQUISA	40
7	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	45
7.1	Os Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia e o <i>Campus</i> estudado	45
7.2	As entrevistas	47
8	POLÍTICAS	50
8.1	Política de Conteúdo	50
8.2	Política de Submissão/Depósito	51
8.3	Política de Direitos Autorais	51
8.4	Política de Acesso à Informação	52
8.5	Política de Preservação Digital	52
8.6	Política de Gerenciamento	52
8.7	Política de Marketing e/ou Comunicação	53
8.8	Avaliação das Políticas	53
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICE A	69
	APÊNDICE B	71
	APÊNDICE C	72
	APÊNDICE D	87
	ANEXO A	104

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica vem passando por diversos processos de inovação e grande parte dessas transformações se deve aos avanços tecnológicos que influenciam fortemente todos os segmentos da sociedade. Desta forma, o compartilhamento de informações e a produção colaborativa do conhecimento no meio científico estão tornando-se cada dia mais comuns. Essa influência tecnológica traz benefícios diretos em todas as áreas, propiciando que as trocas de informações e o desenvolvimento de novas técnicas ocorram mais rapidamente, vê-se então que lado a lado estão as pesquisas, a comunicação e os avanços tecnológicos, proporcionando novas descobertas, sejam elas relacionadas a maior praticidade e conforto no dia a dia, sejam para avanços em áreas medicinais, engenharias, agricultura, e demais.

Nesta perspectiva, o Acesso Aberto (AA) surge como uma alternativa para a comunicação científica. Surgido na década de 1990, ganhou espaço no meio científico em virtude do alto custo das assinaturas dos periódicos, que estavam tornando difícil o acesso às publicações, visto que as bibliotecas e centros de documentação passaram a não ter disponibilidade financeira para a manutenção das assinaturas. Sob este prisma, a comunicação científica realizada por meios de AA propicia redução nos custos e aumento da visibilidade das pesquisas. Rosa e Gomes (2010, p. 22) afirmam que o livre acesso, “[. . .] implica a disponibilização na internet da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada contribuindo para o avanço e disseminação da ciência.”.

Neste contexto de acesso e compartilhamento de informações científicas, estão os Repositórios Institucionais (RI) que carregam a marca do *open access* (Acesso Aberto - AA). Os RI surgem por meio de iniciativas internacionais que acreditam esse ser o caminho para a ciência, com redes de comunicação e compartilhamento de dados que vão além das fronteiras geográficas, vislumbram uma grande comunidade global e carregam consigo o compromisso do acesso e da preservação do conhecimento. Desta forma, Leite e colaboradores (2012, p. 7) afirmam que os RI constituem “um serviço de

informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa).”.

O meio acadêmico tem de acompanhar essas mudanças, mais do que isso, deve vislumbrar ser referência de espaço para o desenvolvimento de novas descobertas e inovações. Para que esse *status* seja alcançado é preciso que haja aproximação das instituições dos segmentos da sociedade, pois dessa forma a instituição terá mais subsídio para desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa desenvolvida a portas fechadas não promoverá desenvolvimento social, o senso crítico, não impactará na vida dos sujeitos, será apenas uma ilha de conhecimento sem ligação com o resto do mundo. A sociedade da informação requer que os conhecimentos sejam compartilhados, sejam motores da mudança, desde a filosofia até a engenharia, somente assim o conhecimento gerado terá significado.

O *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foco deste estudo, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e iniciou suas atividades em 2010. Em 2018 oferta 13 cursos nas modalidades de técnico integrado ao ensino médio, PROEJA, técnico subsequente, superior e pós-graduação. Hoje, as produções científicas da instituição não são publicizadas em local adequado, e de maneira geral ficam inacessíveis dificultando que a própria instituição tenha controle eficaz de suas produções. Com o passar dos anos e ampliação da oferta de cursos, conseqüentemente o aumento dos trabalhos e pesquisas realizados na instituição, tornou-se necessário que haja um RI que contemple as necessidades da instituição.

Considerando a importância e impacto do AA na comunicação científica somado ao fato da instituição em estudo pertencer à Rede Federal, ou seja, recebe financiamentos públicos, faz-se necessário que a iniciativa vá ao encontro de padrões e protocolos internacionais de acesso aberto, garantindo a preservação e compartilhamento do conhecimento produzido pela instituição.

Diante disso, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais os requisitos que um Repositório Institucional (RI) necessita ter para atender as demandas do *Campus* foco deste estudo?

Objetiva-se desta forma, entender e responder à questão que norteia a pesquisa de modo a construir proposta política de repositório que atenda a essas necessidades e que essa ferramenta possa servir como canal de comunicação, de preservação e marketing da instituição.

1.1 Objetivo geral

Propor política para implantação de Repositório Institucional contribuindo para a preservação das pesquisas realizadas e promovendo o acesso aberto às informações produzidas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que nortearão a pesquisa são:

- a) identificar, na literatura, as especificações técnicas e padrões mais apropriados para a estruturação da política do RI;
- b) elencar os tipos de documentos a serem disponibilizados no repositório definindo suas políticas de acesso e uso;
- c) elencar elementos da política de informação relacionados à alimentação e povoação do RI;
- d) propor estrutura de fluxo de informações para o RI;
- e) avaliar as políticas propostas e realizar adequações necessárias.

1.3 Justificativa

Os Repositórios Institucionais (RI) virtuais são plataformas que funcionam como uma biblioteca digital destinados ao armazenamento, preservação e comunicação do conhecimento produzido pelas instituições de ensino e pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento das ciências e novas descobertas que promovam qualidade de vida à sociedade. Arelado às

questões que permeiam os RI, está o Acesso Aberto (*open access*) que visa ampliação do acesso às informações e a democratização da produção intelectual, científica e acadêmica por parte das instituições de ensino e pesquisa.

O Acesso Aberto (AA) é uma iniciativa internacional que começou a ser pensada por volta de 1990, após a crise dos periódicos, que data das décadas de 1980 e 1990. Seu objetivo é que as publicações científicas estejam disponíveis gratuitamente para qualquer usuário por meio da internet. Seus principais marcos históricos são conhecidos como Declarações BBB, as quais seriam a *Budapest Open Access Initiative* (2002), Declaração de Bethesda (2003) e Declaração de Berlim (2003). O AA é possível por meio de duas estratégias, via verde e via dourada. A via verde (*green open access*) prevê o armazenamento de publicações científicas em RI. Já a via dourada (*gold open access*) trata da publicação de artigos de periódicos em AA. Percebe-se que são iniciativas relativamente recentes, mas que vêm ganhando cada vez mais espaço no meio científico.

A adoção do uso de RIs é benéfica para as instituições tanto sob o ponto de vista da comunicação científica quanto pelas questões relativas à preservação digital a longo prazo, que é propiciada com essa ferramenta. A relevância dessa ferramenta nas instituições, tanto para a preservação quanto para o desenvolvimento da ciência é tamanha que, a partir de outubro de 2017, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prevê no indicador 1.11 que trata dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nota 5 para a contemplação dos TCCs em repositório institucional próprio disponível na internet. Além disso, já há, desde 2006, obrigatoriedade da divulgação digital, por meio da Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, de teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

No *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foco deste estudo, atualmente os trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de projetos de ensino e extensão não são publicizados em nenhum meio eletrônico, tornando limitado o acesso e prejudicando a instituição no sentido de não ser possível obter um panorama geral de sua produção intelectual, bem como o acesso por parte da comunidade geral às

produções realizadas é dificultado em virtude dessa deficiência na disponibilização dos documentos. Atualmente, parte dessa documentação fica guardada fisicamente nas salas das coordenações dos cursos, o que dificulta ainda mais o acesso aos materiais, pois o acesso a essa documentação depende da presença do coordenador do curso na instituição, e ainda há o agravante quanto à preservação, já que não há nenhuma medida ou cuidados a longo prazo para esse material.

Hoje o *Campus* ainda não oferta nenhum curso na modalidade *stricto sensu*, no entanto já há a oferta de um Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica a nível institucional, por essa razão pretende-se que o RI, além de atender as demandas já existentes na instituição, tenha as devidas políticas voltadas à possível participação futura de portais de âmbito nacional e internacional. Hoje o Brasil conta com dois portais de referência que abrangem instituições de todo país: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o OasisBr. A BDTD é uma grande biblioteca que disponibiliza trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. Já o OasisBr é um portal que coleta dados na BDTD e no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Portanto, pretende-se, com essa pesquisa, sanar a necessidade institucional no que tange a gestão, preservação e o compartilhamento das produções resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Pretende-se que essa ferramenta atenda padrões e protocolos de reconhecimento nacional e internacional, permitindo que futuramente o RI seja colaborador de portais nacionais e internacionais.

Vislumbrando ações futuras, pretende-se que o RI esteja planejado também na perspectiva de preservação e compartilhamento de dados científicos das pesquisas, contribuindo ainda mais com o desenvolvimento da ciência.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO

A comunicação científica sempre teve papel fundamental para o fluxo informacional das informações científicas. Inicialmente, o meio de comunicar era oral, depois, utilizou-se de cartas e canais informais de comunicação, posteriormente passou para os meios impressos e formais como os periódicos, evoluindo para o meio eletrônico como temos hoje. Para o meio científico, a evolução tecnológica e a popularização da internet oportunizaram avanços nos canais de disseminação e comunicação da informação. Esse processo foi de extrema importância, pois os avanços na área da comunicação científica com o uso de tecnologias permitiu maior agilidade e rapidez na divulgação de novos resultados e descobertas, bem como compartilhamento de informações entre os pesquisadores e instituições de pesquisa. O armazenamento das informações por meio de bancos de dados e o acesso virtual a periódicos científicos, por exemplo, tiveram grande significado no meio, pois oportunizaram facilidades na atualização dos pesquisadores sobre as pesquisas desenvolvidas em sua área de maneira mais eficiente, bem como propiciou outros canais de interação entre pesquisadores.

A comunicação científica está relacionada com a Grécia, mesmo antes do aprimoramento da escrita, juntamente com encontros e reuniões cuja finalidade era debater temáticas que ficavam registradas na forma de manuscritos. Desde a Idade Média, as universidades e escolas possuem atuação direta com o avanço das ciências, e nesta perspectiva, Sócrates afirmava que era necessário ensinar a pensar e não apenas transmitir conhecimentos descontextualizados de sua unidade e, desta forma, o diálogo “[...] deveria ser utilizado para convencer e descobrir a verdade e não para impor ideias ou servir a fins egoístas.” (ZALESKI, 2013, p. 29). Portanto, é necessário que a educação proporcione o desenvolvimento do pensamento crítico e a compreensão da matéria científica para que a ciência esteja em constante evolução, questionamento e revisão.

Segundo Le Coadic (2004) o trabalho coletivo das universidades e academias foram determinantes para o surgimento da ciência organizada.

Neste contexto, as sociedades científicas tiveram grande importância para o processo de comunicação científica, organizando reuniões de pesquisadores nas quais eram divulgadas experiências e resultados de pesquisas. Além disso, havia troca de informações por meio de cartas, e deste fluxo de cartas originou-se o periódico científico, compilando as cartas com o objetivo de ampliar o acesso às informações.

Para Muller (2000) os periódicos científicos tiveram significativa importância ao propiciar agilidade no processo de comunicação dos resultados das pesquisas e influenciar na questão da propriedade intelectual, como meio de legitimar a autoria das pesquisas e preservar o conhecimento e oportuniza acesso não só a pesquisadores, mas também à sociedade de maneira geral.

O processo de comunicação científica possui tanta importância quanto a concepção da ideia que dá origem à pesquisa e o seu desenvolvimento, pois a comunicação de novas descobertas faz a ciência se desenvolver. O processo de produção científica é, portanto, 'finalizado' se houver a comunicação dos resultados, é a comunicação científica que legitimará as descobertas:

O ato de comunicar, entre diferentes sentidos e abordagens, é a condição sine qua non para a existência do pensamento científico. É inegável que a informação agrega valor somente mediante o seu uso e, para que possa ser útil, ela precisa ser comunicada (MARCHIORI et al, 2006).

Para Garvey (*apud* ROSA; GOMES, 2010, p. 19) o fundamento da comunicação científica:

Inclui todos os espectros das atividades associados à produção, disseminação e uso da informação a partir do momento que o cientista tem a ideia para sua pesquisa, até as informações sobre os resultados desta pesquisa para que os mesmos sejam aceitos como um componente do conhecimento científico.

Em 1979, Garvey e Griffith (*apud* COSTA; LEITE, 2017) apresentam um modelo de comunicação científica, com base em estudos na área da psicologia, no qual apresentam-se três conjuntos principais de atividades: produção, disseminação e uso da informação. Os resultados da pesquisa seriam submetidos à avaliação em forma de artigo e posteriormente publicados, transformando a informação científica em informação pública.

Como consequência da divulgação os resultados das pesquisas viriam a ser utilizados em novos estudos, completando o ciclo da comunicação de um novo conhecimento.

Dascal (1994) aborda a controvérsia como fator essencial na compreensão das teorias científicas, como estas foram aceitas ou rejeitadas e, por esta razão, a importância do estudo das controvérsias na ciência. E, principalmente, como as controvérsias promovem o questionamento e o debate de ideias, não colocando as descobertas científicas como verdades, mas passíveis de interpretações, diferentes pontos de vista, até mesmo inclusão de novos elementos. Desta forma, elas são imprescindíveis para que novas investigações surjam. Segundo o autor:

[...] a ciência se manifesta em sua história como uma sequência de controvérsias; estas são, portanto, não anomalias, mas o 'estado natural' da ciência; nas controvérsias é onde se exerce a atividade crítica, se constitui dialogicamente o sentido das teorias, se produzem as mudanças e inovações, e se manifesta a racionalidade ou irracionalidade do empreendimento científico [...] (DASCAL, 1994, 78).

Na década de 1980, os tradicionais meios de comunicação científica, mediados por grandes editoras, passaram a cobrar preços altos pelas publicações impactando diretamente no orçamento das bibliotecas, que ficaram impossibilitadas de manter todas as assinaturas, resultando na diminuição do acesso aos periódicos por pesquisadores, professores e alunos das diversas instituições (COSTA; LEITE, 2017).

A comunidade científica passou a buscar outros canais que ampliassem a visibilidade das produções, fazendo-se necessário facilitar e, pode-se dizer, democratizar o acesso às informações científicas, o que faz surgir, então, o movimento de Acesso Aberto (AA). Tal iniciativa ocorreu a nível mundial objetivando a democratização do acesso às informações científicas, especialmente daquelas produzidas por instituições públicas de ensino ou órgãos públicos que desenvolvem pesquisa, cujo financiamento provém de recursos públicos. (BRUMATI, 2016).

Reiteram Rosa e Gomes (2010, p. 22):

Neste contexto surge o movimento mundial de Acesso Livre que implica a disponibilização na internet da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada contribuindo para o avanço e disseminação da ciência.

O *Open Access Movement* (OAM) - Movimento do Acesso Aberto, foi impulsionado pelo desenvolvimento das tecnologias e como reação por parte de diversas classes (pesquisadores, bibliotecários, acadêmicos, gestores) objetivando o uso da tecnologia aliado a estratégias e metodologias para um novo modelo de comunicação científica (ROSA; GOMES, 2010).

Na convenção de Santa Fé, realizada no Novo México (EUA) em 1999, foi estabelecido o modelo *Open Archives Initiatives* (OAI), que visa a interoperabilidade e integração dos repositórios de e-prints. (PAVÃO *et al*, 2013, p. 139). No entanto o marco principal do AA é a *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) ocorrido em 2002, no qual foi elaborada uma declaração em favor do compartilhamento de informações em formato aberto e da preservação digital a longo prazo. Em seguida, outras duas declarações Berlim e Bethesda, ambas no ano de 2003, reiteraram a importância desse modelo de comunicação científica.

A respeito do AA, a Budapest Open Access Initiative define como:

Disponibilidade gratuita da informação na Internet, para que qualquer usuário a possa ler, baixar, copiar, distribuir, com a possibilidade de buscar ou relacionar todos os textos destes artigos. Revisar a informação indexá-la, usá-la como dado para softwares, ou utilizá-la com qualquer outro propósito legal, sem empecilhos financeiros, legais ou técnicos, diferentes do fundamento de ter acesso à própria Internet. (BUDAPEST..., 2012).

Em nível nacional, tem-se o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, lançado no ano de 2005 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual é baseado na Declaração de Berlim e objetiva a promoção da produção científica, a disseminação o estabelecimento de política nacional de acesso livre à informação e o apoio da comunidade científica. Neste mesmo documento são feitas recomendações à comunidade científica e no que se refere às instituições acadêmicas são elencados os seguintes tópicos:

- 1) criar repositórios institucionais e temáticos, observando o paradigma do acesso livre;
- 2) requerer que seus pesquisadores depositem uma cópia de todos os seus trabalhos publicados em pelo menos um repositório de acesso livre;
- 3) encorajar seus pesquisadores a publicar seus resultados de pesquisa em periódicos de acesso livre, onde houver um periódico apropriado para isso. Deve-se, além disso, prover o apoio necessário para que isso ocorra;
- 4) reconhecer a publicação em ambiente de acesso livre para efeito de avaliação e progressão acadêmica;
- 5) ter disponíveis, em ambiente de acesso livre, os periódicos editados pela instituição ou seus órgãos subordinados. (INSTITUTO BRASILEIRO..., 2005, p. 1).

Desta forma, o movimento em prol do AA estabeleceu duas estratégias como base, a via verde e a via dourada:

A Via Dourada estabelece o livre acesso à produção científica por meio de Periódicos de Acesso Aberto, que considera os periódicos que são livres de qualquer taxa, tanto a taxa de publicação pelo autor ou taxas de acesso para o leitor ou instituição. A Via Verde é baseada no depósito em repositórios da produção científica publicada em periódico comercial, es artigos de periódicos. (BRUMATI, 2016, p. 15).

Ambas iniciativas, mas, em especial, a via verde, envolvem os sistemas de informação das próprias instituições. Faz-se necessário, portanto, a compreensão de sua importância primeiramente na própria instituição e posteriormente pode envolver o marketing para impulsionar tanto depósitos quanto acessos.

Não foram somente os altos custos das assinaturas que deixaram de ser viáveis financeiramente às bibliotecas e centros de documentação, outro ponto a ser considerado é que os pagamentos de assinaturas não beneficiam diretamente o autor, que abre mão de uma série de direitos seus, transferindo-os às editoras. Essa prática resulta em dificultar o acesso do próprio autor à sua produção, além de seu prestígio dentro da área de atuação ficar limitado a quem tem acesso às assinaturas. A disponibilização das produções em canais de acesso aberto amplia o acesso às informações e promove a democratização da produção intelectual, científica e acadêmica por parte das instituições de ensino e pesquisa, por meio do aumento da visibilidade e acessibilidade, conseqüentemente, os artigos online de livre acesso são os mais citados (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Reiteram, Costa e Leite (2017), aspectos considerados no AA: a natureza pública do conhecimento científico, a possibilidade de acesso à literatura científica por parte de instituição que não possuem condições de pagar por acessos de editoras comerciais e como um instrumento que pode impulsionar e dar voz a regiões que historicamente são excluídas dos processos de comunicação científica internacional.

O uso da tecnologia impactou diretamente no fluxo da comunicação e o AA foi um aliado para essa nova configuração da comunicação científica. Conforme Rosa e Gomes (2010, p. 27):

Assistimos assim a uma ampliação da comunidade científica e a uma maior colaboração e intercâmbio com a sociedade, graças a mecanismos de busca e ao aprimoramento da tecnologia para a preservação dos arquivos digitais disponíveis no ambiente virtual, contribuindo assim para a divulgação da ciência.

No caso da América Latina, por exemplo, em que a industrialização ocorreu com a utilização de tecnologia importada (reflexo do processo de colonização), ocasionando enorme atraso no desenvolvimento científico-tecnológico, o AA democratiza o conhecimento a partir da perspectiva pública da ciência e é meio de divulgação da ciência produzida, promovendo o acesso da literatura científica internacional para pesquisadores do mundo todo (COSTA; LEITE, 2017).

Castells (2016, p. 176) destaca como o desenvolvimento social está atrelado aos investimentos em pesquisa, e afirma que “A produtividade e a competitividade na produção informacional baseiam-se na geração de conhecimentos e no processamento de dados.”. Fica, portanto, evidenciada a questão da produção científica e tecnológica e o nível de desenvolvimento dos países, tem-se então que quanto mais desenvolvido o país, maior o investimento de recursos financeiros nessas áreas e, conseqüentemente, maior competitividade.

Ainda a respeito da importância dos processos de interação e comunicação científica Castells (2016, p. 177) nos traz:

A comunidade científica sempre foi, em grande parte, uma comunidade internacional, se não global, de acadêmicos, no Ocidente, desde os tempos da escolástica europeia. As ciências

estão organizadas em campos específicos de pesquisa, estruturadas em redes de pesquisadores que interagem por intermédio de publicações, conferências, seminários e associações acadêmicas. Porém, além disso, as ciências contemporâneas caracterizam-se pela comunicação on-line como característica permanente de seu trabalho.

É enfatizada a importância da troca de informações entre os pesquisadores para o avanço das ciências, e como o uso da comunicação on-line é característica presente no desenvolvimento do meio científico. Avançando nos registros de Castells, o autor afirma que se a pesquisa científica não for global, ela deixa de ser científica e sua divulgação é capaz de promover o desenvolvimento econômico e aumentar o desempenho competitivo (CASTELLS, 2016).

Diante do exposto, a comunicação científica vai muito além do seu ciclo, ela é essencial para a atividade científica, e o uso das tecnologias disponíveis otimizam a comunicação e divulgação de novas descobertas. Conforme exposto por Castells (2016), o nível de desenvolvimento do país está relacionado ao seu investimento em ciência e tecnologia, bem como o próprio autor ressalta, se não houver comunicação global dos resultados obtidos nas atividades científicas, as mesmas deixam de ter cunho científico. Portanto, a iniciativa do Acesso Aberto busca promover a ciência ao alcance de todos e as universidades possuem papel estratégico para pensar e articular Ciência e Tecnologia para a sociedade e setores produtivos, ao mesmo tempo em que as produções científicas disponíveis abertamente podem alavancar e colocar em destaque países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

3 REPOSITÓRIOS DIGITAIS

A evolução tecnológica e a popularização da internet oportunizaram avanços nos canais de disseminação e comunicação da informação. Para o meio científico, esse processo foi de extrema importância, pois os avanços na área da comunicação científica com o uso de tecnologias permitiram maior agilidade e rapidez na divulgação de novos resultados e descobertas, bem como compartilhamento de informações entre os pesquisadores e instituições de pesquisa. O armazenamento das informações por meio de bancos de dados e o acesso virtual a periódicos científicos, por exemplo, tiveram grande significado no meio, pois, além da agilidade na comunicação, oportunizou facilidades na atualização dos pesquisadores sobre as pesquisas desenvolvidas em sua área de maneira mais eficiente, bem como propiciou outros canais de interação entre pesquisadores.

A popularização da internet otimizou ainda mais o processo de comunicação científica e o questionamento a respeito do 'livre acesso'. A disponibilização das produções em canais de acesso aberto proporciona mais visibilidade e acessibilidade, conseqüentemente, os artigos online de livre acesso são os mais citados. (MARCONDES; SAYÃO, 2009).

Neste contexto, conforme mencionado na seção anterior, o AA é alcançado por meio de duas estratégias: a via verde e a via dourada. A via verde é constituída pelos Repositórios Institucionais (RI) e a via dourada, pelos periódicos eletrônicos em formato aberto.

Shintaku (2017, p. 76) elucida, morfologicamente, a palavra repositório: *re* (novamente), *por* (colocar), *tório* (local), podendo-se afirmar que repositório é o local em que se repõe.

Segundo Gomes e Rosa (2010), o primeiro repositório digital surgiu em 1991, nos Estados Unidos da América, uma iniciativa do físico Paul Grinsparg, no qual encontravam-se *pré-prints*, de nome Arxiv, o repositório permanece ativo até hoje (GOMES; ROSA, 2010, p. 153).

Lynch (2003 *apud* COSTA; LEITE, 2017, p. 86) define os RI como “um conjunto de serviços, oferecidos por uma universidade, de gerenciamento e disseminação de documentos criados por seus membros.”.

As instituições de ensino e pesquisa, preocupadas com a disponibilização e acesso às produções científicas produzidas, enxergam nos repositórios institucionais uma solução para reunião, armazenamento e divulgação de pesquisas, relatórios, e outros documentos de cunho científico:

A diversidade de tipologias no RI, como dados de pesquisa, Recursos Educacionais, teses e dissertações, e outros, complementa e maximiza o acesso aberto ao Conhecimento, mas sem perder de vista o coração do movimento de acesso aberto que se iniciou na luta contra a restrição do acesso imposto pelo alto custo das assinaturas de periódicos. (VEIGA; MACENA, 2015, p. 45).

Segundo enfatizam Cocco e Rodrigues (2014, p. 111), os repositórios abertos surgem como uma “forma de minimizar a falta de visibilidade da produção intelectual das instituições e de aumentar a disponibilidade da informação científica, especialmente as financiadas com recursos públicos”.

Leite (2009, p. 22) aponta algumas razões para o uso de repositórios digitais:

- melhorar a comunicação científica interna e externa à instituição;
- maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição;
- retroalimentar a atividade de pesquisa científica e apoiar os processos de ensino e aprendizagem;
- apoiar as publicações científicas eletrônicas da instituição;
- contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos ou acadêmicos produzidos pela instituição ou seus membros;
- contribuir para o aumento do prestígio da instituição e do pesquisador;
- oferecer insumo para a avaliação e monitoramento da produção científica;
- reunir, armazenar, organizar, recuperar e disseminar a produção científica da instituição.

Outra vantagem, apontada por Leite e Costa (2006), para o uso de repositórios é que eles permitem e auxiliam na construção de ‘mapas do conhecimento’, nos quais é possível saber quem pesquisa o quê e onde, quem cita quem e também quem colabora com quem. Outra questão importante refere-se ao impacto social que a divulgação das atividades científicas ocasiona, influenciando positivamente inclusive em seu valor, prestígio e *status*.

Reiterando a importância da construção de RI para as instituições públicas, Gomes e Rosa afirmam:

A adoção de Repositórios Institucionais (RI) tem crescido em todos os países, particularmente ao nível das universidades para as quais representam uma oportunidade de aumentar a visibilidade dos seus investigadores/professores e da própria instituição, ao mesmo tempo em que prestam um serviço público, disponibilizando de forma gratuita as publicações decorrentes da sua atividade científica, dessa forma respondendo à crescente exigência de justificação dos fundos e investimentos públicos que lhes são atribuídos. (GOMES; ROSA, 2010, p. 153).

Em vista das razões apresentadas, parte do sucesso ou insucesso do RI dentro e fora da instituição dependerá do planejamento e gestão do repositório. Por essa razão Kuramoto (2009) afirma que os problemas relacionados aos RI não estão relacionados ao uso de *software* porque existem diversos *open source* disponíveis. Conforme o autor, as questões principais estão relacionadas à política e não à tecnologia, sendo um desafio de gestão do conhecimento dentro das instituições. Ainda segundo o autor, os principais entraves estão relacionados ao estabelecimento e aprovação das políticas de informação das instituições.

Rosa e Gomes (2010) afirmam que as instituições devem definir suas políticas, fluxos, formas de depósito de acordo com a sua realidade, pois desta maneira a adesão tenderá a aumentar por parte dos pesquisadores e, conseqüentemente o uso e disseminação aumentarão a visibilidade e citações dos pesquisadores. Para as autoras, os RI podem ser vistos como: “[. . .] a vitrine da produção das instituições.” (ROSA; GOMES, 2010, p. 25).

Costa e Leite (2017) em seu estudo sobre os RI na América Latina apontam 5 características essenciais:

- a) ser institucionalmente definido: relaciona-se a uma instituição e armazenar somente a produção acadêmica de seus membros;
- b) tratar da produção acadêmica: artigos científicos, pré-prints de artigos científicos; trabalhos apresentados em eventos científicos; teses e dissertações; dados primários; recursos educacionais;
- c) coleções digitais de texto completo: bases digitais de texto completo dos documentos;
- d) interoperabilidade: seguir o protocolo OAI-PMH;

- e) ser de acesso aberto: disponibilização livre e sem custos, acompanhadas de licença de uso.

A respeito da preservação digital dos documentos científicos das instituições, existem diversas técnicas, citadas por Moreira e Salm Júnior (2017, p. 4): “preservação da tecnologia, emulação, migração encapsulamento, metadados, identificadores persistentes, *backup*, redes de distribuição de preservação digital, entre outras.”. Ressaltam ainda, que independente da técnica adotada é necessário que os procedimentos de preservação sejam incorporados à rotina de procedimentos, previstas na política institucional. A adoção de uma política de preservação, em especial nas instituições públicas, garante continuidade às práticas adotadas mesmo que haja troca de gestão. Moreira e Salm Junior (2017, p. 6) afirmam que: “uma política de preservação digital institucional deve ser elaborada em consonância com as diretrizes institucionais de informação que, por sua vez, devem estar embasadas e seguir uma política nacional de informação.”. Como ponto de partida, segundo os autores, pode ser utilizada a Carta para Preservação do Patrimônio Digital, da UNESCO, que cita cinco características para um programa de preservação digital confiável: responsabilidade; viabilidade organizacional; sustentabilidade; adequação técnica; segurança e responsabilização de procedimentos. No Brasil, Grácio (2012) elaborou um “Modelo Processual de Preservação Digital para Gestão da Informação”, o qual abrange aspectos organizacionais, legais e técnicos que devem ser contemplados, em especial, pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

O governo brasileiro, por intermédio do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), no intuito de incentivar a criação de repositórios nas IES, lançou em 2008 um programa com o objetivo de disponibilizar 80 kits tecnológicos (servidor com o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER - e DSpace instalados), ficando a cargo das instituições contempladas o desenvolvimento de seus RI. Alguns dos critérios a serem atendidos na criação dos RI:

- utilizar o padrão Dublin Core, evitando-se ao máximo a criação de novos metadados;
- aplicar o protocolo OAI-PMH para a coleta de metadados;
- manter aderência com os padrões estabelecidos pelo projeto DRIVER; (KURAMOTO, 2010, p.67).

Além da questão tecnológica, conforme mencionado anteriormente, há a questão das políticas, que serão decisivas no sucesso do povoamento do RI. No Brasil existem dois documentos que devem ser observados, o primeiro é a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, de teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. E o segundo é o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em vigor desde outubro de 2017, que prevê no indicador 1.11, dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), nota 5 para a contemplação dos TCCs em repositório institucional próprio disponível na internet.

Atualmente não existe, nacionalmente, uma política concreta de obrigatoriedade de depósito dos demais documentos científicos em RI, no entanto as agências de fomento e instituições de ensino e pesquisa têm buscado conscientizar seus pesquisadores sobre a importância da disponibilização dos resultados em AA. Desta forma, as Políticas Institucionais de Informação (PII) têm sido formuladas de forma a tornar obrigatório o depósito por parte de seus membros (MEDEIROS; FERREIRA, 2014, p. 197).

Gomes e Rosa (2010) em seu estudo sobre o RepositórioUM (RI da Universidade do Minho - Portugal) destacam em seus resultados aspectos referentes ao povoamento e incentivo aos pesquisadores a formação, informação e motivação e apontam também como uma das estratégias a obrigatoriedade do depósito. Outro ponto relevante é o contínuo trabalho de divulgação dos serviços ofertados pelo repositório, além da constante conscientização sobre a importância da divulgação científica por meio de canais abertos.

Objetivando reunir e ampliar o alcance das publicações das instituições da América Latina, em especial as que utilizam de financiamento público, em 2012 é assinado um Acordo de Cooperação entre Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, México e Peru, posteriormente a Costa Rica passou a participar do projeto. La Referencia tem como missão:

Oferecer, em Acesso Aberto, a produção científica da América Latina que é financiada com fundos públicos, através da cooperação e articulação de uma rede federada de repositórios institucionais, com

base em acordos regionais e estratégias nacionais de Acesso Aberto. (LA REFERENCIA, 2019).

As produções brasileiras disponíveis no portal La Referencia são coletadas do OasisBr, percebe-se portanto, que a adoção dos padrões e protocolos que visem a interoperabilidade e a preservação digital são indispensáveis para a participação de redes maiores, que proporcionarão mais destaque e visibilidade às pesquisas. Além disso, é importante o registro do RI em diretórios de AA como o *Registry of Open Access Repositories Mandatory Archiving Policies* (ROARMAP) visando a ampliação da abrangência dos conteúdos, bem como o fortalecimento do movimento em prol do Acesso Aberto.

4 DSPACE

O *DSpace Institutional Digital Repository System* é um software desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e *Hewlett-Packard* (HP) no ano 2000 e teve o código liberado em 2002. A ferramenta surgiu com a finalidade de atender demandas referentes ao compartilhamento da produção científica entre os pesquisadores. Atualmente é utilizado por cerca de 46% dos RI registrados no mundo. No Brasil, o IBICT apoia seu uso, e esse fator influencia na escolha pela ferramenta, pois os usuários sentem-se seguros ao adotá-lo (SHINTAKU, VECHIATO, 2018).

A estrutura interna do *software* é hierárquica, organizada por comunidades, sub-comunidades (pode ter ou não), coleções e itens. Por se tratar de um *software* de código aberto, é possível desenvolver customizações de acordo com a necessidade da instituição.

De acordo com Shintaku e Vechiato (2018) as funcionalidades podem ser classificadas como: padrão, customizada e estendida. E exemplificam com a ferramenta de busca, onde uma busca padrão seria com metadados básicos (autor, título, etc.); na forma customizada seria possível recuperar termos no texto completo, etc.; na forma estendida, permitiria assistir um vídeo como se fosse no Youtube, por exemplo.

“[...] um sistema inovador de bibliotecas digitais para recolha, armazenamento, indexação, preservação e redistribuição, em formato digital, da produção intelectual de comunidades universitárias.” (DSpace FEDERATION apud ROSA; GOMES, 2010, p. 163).

Shintaku apresenta, resumidamente características do DSpace, conforme Figura 1:

Figura 1 - Principais características do DSpace.

FUNCIONALIDADE	USO	ITENS	FUNÇÕES
Estrutura informacional	Organização do conteúdo	Comunidade Subcomunidade Coleção Item Arquivos	A organização do DSpace é hierárquica e repetitiva, ou seja, um DSpace pode ter inúmeras comunidades. Estas, por sua vez, podem ter várias subcomunidades, e assim por diante.
Alimentação	Entrada de conteúdos	Submissão Importação Coleta automática	O DSpace oferece vários meios pelos quais podem se inseridos conteúdos, manuais, automático ou em lote, de forma a facilitar o processo.
Fluxo da submissão	Controle da submissão	Depósito Submissão Correção de metadados	Se a opção da submissão, pode-se ajustar as etapas (fluxo) pelas quais um conteúdo deve passar até ser disponibilizado.
Recuperação	Obtenção de conteúdos	Busca Navegação Exportação Resposta à coleta	Há várias formas de recuperar conteúdos, manuais, automáticas, em lote, por busca, por refinamento.
Usuários	Gerenciar usuários	Administração Anônimo Usuário	Os usuários no DSpace estão intimamente relacionados aos serviços, permissões e acessos.
Permissões	Controlar o acesso às funcionalidades	Leitura Criação Remoção Adição	Os recursos ou conteúdo no DSpace requerem permissões para gestão.
Acesso	Controlar o acesso aos conteúdos	Aberto Restrito Embargado	Um conteúdo pode ser de livre acesso, restrito a um grupo e usuários ou embargado por tempo limitado.

Fonte: Shintaku, 2017.

No Brasil, a Universidade de São Paulo (USP) foi pioneira na utilização do DSpace como repositório, em 2004. No mesmo ano, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) também passou a utilizar, porém seu foco foi a BDTD, com a finalidade de depósito e interoperabilidade. Já o Lume, criado em 2008, repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi o

primeiro a integrar a BDTD ao DSpace. Posteriormente, a Universidade Federal de Santa Maria passa a utilizar o DSpace em seu RI chamado Manancial. Conforme Shintaku e Vechiato (2018), a UFRGS merece destaque pela utilização com sucesso do software por inovar e realizar a gestão de seus sistemas de forma harmônica, organizada e com uma equipe bem integrada. O bom relacionamento entre informática e informação resulta em diversas inovações tecnológicas do RI.

Por se tratar de um software flexível e adaptável às realidades das instituições, percebe-se que há diversas possibilidades de extensões e as instituições adaptam o sistema de acordo com as suas necessidades, no entanto Shintaku e Vechiato (2018) chamam a atenção para a importância do compartilhamento dessas informações com o objetivo de fortalecer ainda mais a comunidade e desenvolver mais a ferramenta.

4.1 DSpace Cris

O software DSpace possui diversas extensões desenvolvidas com diferentes finalidades dentre as quais está o DSpace Cris, desenvolvido pela Cineca¹ para a Universidade de Hong Kong, com o objetivo de reunir em um único sistema tanto o RI quanto a gestão das pesquisas institucionais em andamento, ou seja, um Sistema de Informação de Pesquisa. (SILVEIRA; SHINTAKU, 2016).

Os Sistemas de Informação de Pesquisa são os *Current Research Information System* (CRIS), que almejam a recuperação da informação apresentando os resultados de maneira contextualizada e mais atualizada que os sistemas de informação tradicionais, já que é possível cadastrar projetos em andamento e ter acesso aos dados das pesquisas além das demais produções. (COSTA; SHINTAKU; SILVEIRA, 2017).

Pinto, Simões e Amaral (2014) classificam os sistemas CRIS nas seguintes tipologias:

¹ Cineca é uma rede de consórcio de Universidades da Itália que atua como apoio à comunicação científica, foco na produção de ferramentas de TI e visualização científica. Mais informações: <https://www.cineca.it/>

- a) institucional: informações de determinada instituição, com acesso restrito;
- b) nacional: informações de várias instituições de um país que são reunidas por meio de um sistema de coleta de dados;
- c) regional ou internacional: reúnem dados de instituições de mais de um país;
- d) por área do conhecimento: ocupam-se de informações de uma área específica.

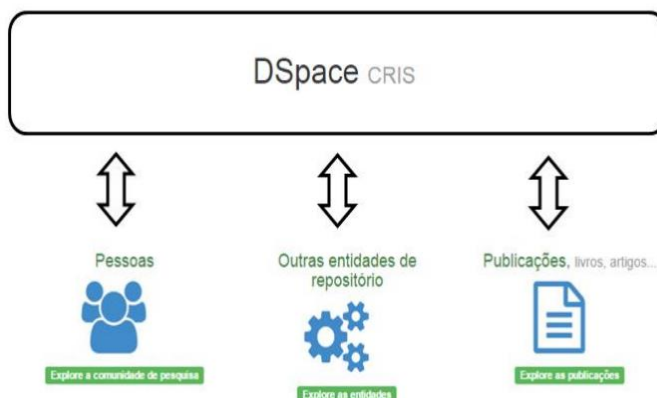
Os sistemas CRIS também são úteis para avaliar o desempenho da pesquisa, expor resultados para encontrar novas oportunidades de financiamento, evitar duplicação de atividades, analisar tendências, fazer referência a publicações acadêmicas multimídia ou de texto completo, localizar novos contatos e identificar novos mercados para produtos de pesquisa. para apoiar o conhecimento aberto. (DURASPACE, 2018).

Devido às vantagens na utilização de sistemas CRIS, os países têm investido em padrões nacionais que facilitem a adoção desses sistemas por parte das instituições, no Brasil o projeto é o BRICRIS de responsabilidade do IBICT.

O DSpace CRIS também é compatível com o modelo CERIF (Common European Research Information Format), que é um formato comum utilizado na Europa para implementação do CRIS, esse modelo de dados permite colocar as entidades envolvidas ao longo do ciclo de pesquisa e suas respectivas relações.

A Figura 2 e a Figura 3 ilustram os pilares das informações no DSpace CRIS e sua estrutura, é possível observar que o DSpace CRIS agrega pessoas e organizações, além das publicações:

Figura 2 - Pilares do DSpace



CRIS

Fonte: Silveira; Shintaku; Bollini, 2016.

Figura 3 - Estrutura do DSpace

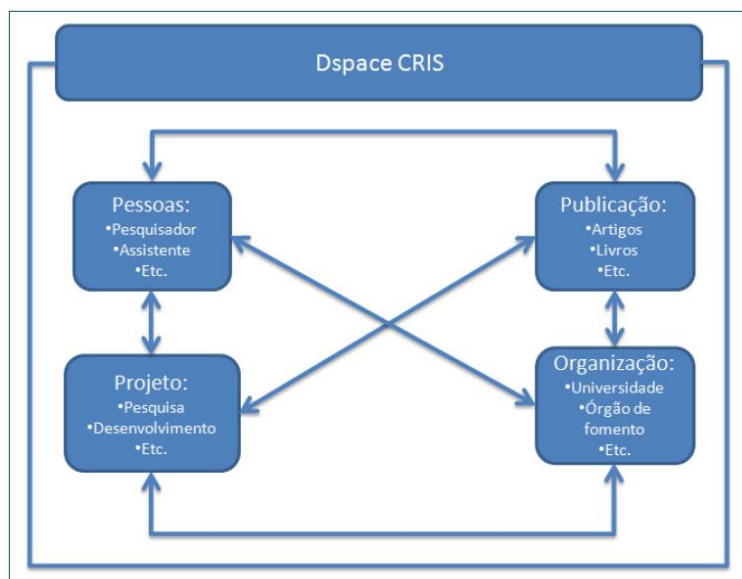


CRIS.

Fonte: Costa; Shintaku; Silveira, 2017, p. 253.

A Figura 4 objetiva elucidar a estrutura de relacionamento do DSpace CRIS, na qual é possível perceber que o pesquisador está vinculado a uma organização, possui um projeto do qual resultou uma publicação. O projeto pode ter um órgão de fomento (organização) e produz publicações:

Figura 4 - Estrutura de relacionamento do DSpace CRIS



Fonte: Costa; Shintaku; Silveira, 2017, p. 253.

As figuras demonstram que, apesar de diversas estruturas diferentes, todas estão interligadas e relacionam-se, fica perceptível as diversas possibilidades que a ferramenta oportuniza, permitindo um detalhamento mais aprofundado das informações sobre as produções da instituição. Possibilita também que as informações sobre os pesquisadores estejam atualizadas, pois o sistema 'conversa' com plataformas amplamente difundidas no meio da comunicação científica em nível nacional e internacional, como a Lattes e Orcid (Open Researcher and Contributor ID – identificador permanente do autor).

Assim como o RI permite um mapeamento das produções científicas e identificação de áreas estratégicas e/ou que precisam maior atenção e investimento, um sistema CRIS também pode auxiliar nas atividades de gestão, pois, permite um acompanhamento em tempo real do andamento das pesquisas e seus resultados.

5 TRABALHOS CORRELATOS

Esta seção visa contemplar alguns aspectos e experiências de outras instituições de ensino inseridas em contextos que se assemelham ao desta pesquisa.

5.1 RepositoriUM: Universidade do Minho - Portugal

A Universidade do Minho, em Portugal, possui um repositório institucional de reconhecimento internacional, e foi pioneira em seu país a trabalhar com RI dentro da perspectiva do Acesso Aberto. A experiência com a construção do repositório pode ser observada em Rodrigues (2010), nos capítulos “O REPOSITÓRIUM – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO: da gênese à maturidade” e Rosa e Gomes (2010): “DOS PROMOTORES AOS UTILIZADORES: estudos sobre a utilização do RepositoriUM”.

O processo de criação e busca por informações sobre os RIs e o AA iniciou em 2002, mas foi no início de 2003 que o desenvolvimento desse serviço foi inserido e integrado ao planejamento de atividades e participação no programa e-UM (*campus* virtual) do governo Português. Inicialmente dois objetivos foram traçados: “[. . .] maximizar o impacto da investigação produzida na UMinho disponibilizando a sua produção científica em acesso livre e preservar o acervo científico produzido na instituição.” (RODRIGUES, 2010, p. 36).

O software escolhido para ser utilizado foi o DSpace e após essa decisão a criação do RI se deu em 4 etapas: personalização do DSpace (instalação, tradução para o português e configuração); solicitação junto aos alunos de mestrado e doutorado para a disponibilização de suas teses e dissertações no RI; criação das ‘comunidades piloto’ para as quais 4 centros aceitaram o convite e tiveram suas comunidades criadas, onde foram depositados outros tipos de documentos que não fossem teses e dissertações; e por último, a apresentação oficial do RepositoriUM, realizada pelo Reitor da

Universidade do Minho aos membros da comunidade acadêmica. A partir daquela data, 20 de novembro de 2003 o RI ficou disponível para a comunidade da Universidade e também ao público geral (RODRIGUES, 2010).

Em 2004 foi realizada uma avaliação para rever práticas e criar estratégias que possibilitassem maior adesão por parte dos centros. As estratégias estabelecidas para ampliar a adesão foram: plano de comunicação e promoção do RepositóriUM e do AA, política institucional de auto-arquivamento; oferta de serviços agregados aos autores das publicações; reforço na participação na comunidade internacional de Open Access, RI e DSpace (RODRIGUES, 2010).

Os recursos provenientes do programa e-UM foram importantes e oportunizaram a contratação de um programador dedicado exclusivamente à plataforma e também em 2005 foi possível adquirir um servidor para o RepositóriUM, que até então encontrava-se instalado em um computador. Posteriormente, foram realizadas reuniões e apresentações aos departamentos e centros da UMinho com a finalidade de buscar mais interessados em aderir ao RI, na oportunidade eram apresentados os detalhes da ferramenta e seu funcionamento, esclarecidas as dúvidas. O próximo passo foi planejar a política institucional de auto-arquivo, a qual estabelecia o depósito de maneira 'compulsória' das produções científicas realizadas pelos pesquisadores da instituição, conforme o Despacho RT-56/2004. Com as publicações armazenadas e organizadas no RI, seria possível visualizar toda produção da instituição, ou seja, a ferramenta passou a ter um valor estratégico para a UMinho (RODRIGUES, 2010).

A equipe do RepositóriUM desenvolveu diversas aplicações para o DSpace, como por exemplo a estatística, que é importante para acompanhar o impacto da publicação e seu uso e que passou a ser utilizado mundialmente. Bem como a opção 'sugerir a um colega' e 'solicitar cópia a autor' (para documentos com restrições de acesso (RODRIGUES, 2010).

A partir de 2006 o RepositóriUM deixou de contar com os financiamentos do e-UM, e em 2007 acabaram os incentivos ao povoamento do RI por parte dos centros e departamentos. O processo foi compreendido como a consolidação da ferramenta na instituição. O RepositóriUM conta com uma equipe robusta que trabalha na parte de gestão, manutenção de *software*

e *hardware* e bibliotecários em tempo parcial que validam os metadados. O depósito dos documentos é realizado pelos centros e departamentos e para cada coleção há um coordenador que fica como elo entre a comunidade e o Serviço de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), a equipe do RI oferta apenas a parte de suporte em caso de necessidade. A iniciativa trouxe retorno positivo e prestígio, posteriormente a equipe participou da implantação do Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP). Além disso, os reflexos da oferta desse serviço aumentaram a credibilidade da instituição, que viu aumentar a procura por cursos de mestrado e doutorado, bem como a obtenção de financiamentos para outros projetos da Universidade (RODRIGUES, 2010).

Em estudo realizado com os coordenadores das comunidades, depositantes e usuários finais, evidenciou a importância da divulgação do que é o movimento do acesso livre e de como funciona o RepositóriUM, identificou como principais utilizadores do serviço os alunos de pós-graduação, e detecta a fundamental e estratégica atuação dos Coordenadores junto aos depositantes de modo a incentivar e tornar os processos mais dinâmicos, e também a necessidade de realização de formações específicas para que eles possam atuar com mais êxito. Outro ponto relevante é a importância da divulgação constante dos serviços e criação de novidades que atendam as necessidades dos coordenadores, depositantes e usuários finais (ROSA; GOMES, 2010).

5.2 LUME: Universidade Federal Rio Grande do Sul

O Lume, repositório da UFRGS, foi criado em 2008, como ideia de ampliação da BDTD, deste modo, o povoamento do RI se deu inicialmente com as teses e dissertações advindas da BDTD. Os objetivos do Lume são:

[. . .] reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não sejam

produzidos por ela, maximizando o uso desses recursos. (PAVÃO et al., 2008, p. 4).

A ferramenta escolhida para utilização foi o DSpace, por se tratar de um *software* flexível, que permite diversas adaptações de acordo com as necessidades e possuir suporte ao protocolo OPAI-PMH, garantindo a interoperabilidade. Além disso, o Lume possui licença para o uso do Handle System, que garante identificadores permanentes para cada documento, ou seja, os documentos podem ser referenciados univocamente (PAVÃO et al., 2013).

Pavão e colaboradores (2013) apontam como motivações para a construção do RI a ampliação da visibilidade dos trabalhos, o acesso e preservação dos documentos, aumentar o impacto e disseminação das pesquisas desenvolvidas, divulgação da universidade, dispor informações e dados estatísticos que auxiliem na gestão e acompanhamento das atividades acadêmicas. Os esforços de diversos setores da Universidade propiciaram a criação de novas coleções e seus respectivos povoamentos, neste processo foi importante o estabelecimento das políticas, fluxos e obrigatoriedade do depósito dos documentos juntamente com a autorização de disponibilização. Outra ação importante foi a elaboração da Política Institucional de Informação para o Lume que regulamenta o trabalho desenvolvido e, conforme observado na literatura específica da área, fortalece os repositórios.

O povoamento do Lume é realizado em parceria entre o Centro de Processamento de Dados (CPD) e o Sistema de Bibliotecas da UFRGS. A equipe no CPD que se dedica ao repositório é composta por 5 servidores e 3 bolsistas, quem faz o registro tanto das produções intelectuais quanto dos TCCs e demais documentos no SABI (sistema utilizado pela rede) são as bibliotecas, a equipe do Lume inclui o *link* para acesso ao documento e acrescenta alguns campos no registro e o Lume faz a coleta automática dos itens que ficarão disponíveis no repositório.

5.3 RPA - IFFAR *Campus* Júlio de Castilhos

O Repositório para Publicação Acadêmica (RPA) do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos (IFFar JC) foi lançado no ano de 2018 e tem como objetivo promover a disseminação das produções acadêmicas do IFFar JC. O sistema foi desenvolvido por um servidor da instituição ao longo do Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede da Universidade Federal de Santa Maria.

O sistema prevê três perfis: administrador, orientador e usuário comum. O 'Administrador' possui acesso a todo sistema, o perfil 'Orientador' permite o depósito dos arquivos, bem como o preenchimento dos campos descritivos dos documentos. O perfil 'usuário comum' permite acesso e pesquisa aos documentos depositados no sistema. O sistema conta ainda com tutoriais de acesso e uso da plataforma para todos os perfis, o que facilita sua utilização. Com a implantação do serviço espera-se que seja ampliado o alcance das publicações referentes às pesquisas realizadas na instituição. (SANTOS, 2018).

A pesquisa dos trabalhos correlatos foi de grande importância para esta pesquisa por proporcionar o conhecimento acerca de outras experiências de instituições de natureza semelhante ao caso aqui estudado. O RepositoriUM, por ser o mais antigo dos aqui relatados, contribuiu de sobremaneira em várias decisões tomadas nas políticas aqui propostas, podendo ser destacado o início do RI com depósito mediado para, posteriormente, ser adotado o autoarquivamento. E também a questão sobre a sensibilização da comunidade científica da instituição sobre o AA e uso de RI, por meio de formações. A experiência trazida pela UFRGS, por meio do LUME é um alicerce, pois trata-se de um RI consagrado dentro do meio científico no cenário nacional e internacional, merecendo destaque a Política Institucional de Informação que foi de grande importância para guiar a tomada de decisão no Lume. Recentemente lançado, o RPA - IFFAR *Campus* Júlio de Castilhos ainda encontra-se em fase inicial, com um sistema próprio desenvolvido, deixa a cargo do orientador dos trabalhos a submissão à plataforma, conforme previsto na política proposta por este trabalho para os casos de Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão, PID e Inovação.

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como método. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista e a aplicação de um questionário para a avaliação da política desenvolvida.

A respeito do estudo de caso, Gil (2010, p. 37) afirma que "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento". Por isso, será utilizada mais de uma técnica de coleta de dados, permitindo maior aprofundamento dos dados que embasarão a proposta deste trabalho.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que pode ser utilizada em todas as áreas do conhecimento e está relacionado à pesquisa qualitativa, ainda que métodos quantitativos possam ser incorporados à pesquisa. No estudo de caso, se propõe a compreensão de maneira aprofundada de determinada unidade, situação/objeto de pesquisa em seu contexto. Para a realização de um estudo de caso é necessário que o objeto da pesquisa seja bem delimitado de forma a permitir o aprofundamento das informações por parte do pesquisador, por essa razão, a coleta de dados será ampla, presumirá o uso de diversos métodos e várias fontes de informação, que proporcionarão mais qualidade à investigação e possibilita a triangulação das informações (SOUZA, 2015).

Ao encontro, Marconi e Lakatos (2011, p.274) afirmam que:

O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado.

Conforme Stake (2007, p. 24 apud AMADO, 2017, p. 141):

[...] o verdadeiro objetivo do estudo de caso é a particularização, não a generalização. Pegamos no caso particular e ficamos a conhecê-lo bem, numa primeira fase não por aquilo em que difere dos outros, mas pelo que é, pelo que faz. A ênfase é colocada na singularidade,

e isso implica o conhecimento de outros casos diferentes, mas a primeira ênfase é posta na compreensão do próprio caso.

Conclui-se portanto, que devido à questão de pergunta da pesquisa e aos objetivos propostos, o método mais apropriado é o estudo de caso.

A respeito das etapas do planejamento e implantação do RI, Leite (2009) apresenta um esquema dividido em três etapas, cada uma com determinadas atividades a serem planejadas e executadas, com a finalidade de organizar a ordem de execução de cada etapa dessa pesquisa, o modelo será utilizado como base para a elaboração da política do RI deste estudo.

Figura 5 - Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto.



Fonte: Leite, 2009, p. 37.

Medeiros e Ferreira (2014, p. 201) apresentam em seu trabalho um quadro (Quadro 1) que compila e descreve quais são as políticas necessárias para a implementação de um repositório institucional com base em estudos anteriores realizados por outros autores. O modelo também será utilizado para auxiliar na elaboração da política deste RI, e é apresentado a seguir:

Quadro 1 - Políticas necessárias para implementação de um repositório institucional

POLÍTICAS PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	
Política de conteúdo	Prevê os tipos e os formatos de documentos que serão aceitos e armazenados no repositório.
Política de submissão/depósito	A submissão de qualquer item ao RI consistirá da combinação do preenchimento de metadados e do carregamento do arquivo.
Política de direitos autorais	Refere-se às questões de direitos autorais e autorizações de publicação, como definição de licenças e formas de acesso.
Política de acesso à informação	Determina os níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação.
Política de preservação digital	Deve orientar sobre a preservação digital dos documentos, definindo os tipos de documentos que serão preservados, bem como os requisitos tecnológicos mais apropriados.
Política de gerenciamento	Definição de uma equipe multidisciplinar, constituída por bibliotecários e analistas de sistemas, prevendo as competências e as responsabilidades de cada envolvido.
Política de marketing e/ou comunicação	Deve ser elaborada visando a divulgação do RI e para esclarecer dúvidas e contornar dificuldades relacionadas aos direitos autorais, às barreiras tecnológicas, dúvidas operacionais.

Fonte: MEDEIROS; FERREIRA, 2014, p. 201.

Para a coleta de dados, uma das técnicas foi a pesquisa bibliográfica, que contribuiu o conhecimento de recomendações e padrões técnicos necessários para o embasamento da política, bem como identificou aspectos que fossem relevantes a serem observados no processo de criação de política para RI.

Além da pesquisa bibliográfica, foi utilizada a análise documental, onde foram analisadas políticas de RI de outras instituições de ensino, a fim de obter informações acerca de seu processo de planejamento e implementação e

demais aspectos que possam ser relevantes e que auxiliem diretamente na elaboração da política do RI.

Contemplando o levantamento e análise das necessidades, outro método de coleta de dados foi por meio de entrevista realizada com os coordenadores dos cursos e direções do *Campus*. Desta forma, foi possível ter conhecimento sobre os tipos de documentos científicos produzidos ao longo da vida acadêmica dos alunos, bem como peculiaridades e especificidades de cada curso. Esse levantamento permitiu que posteriormente fossem estabelecidas as categorias, coleções e critérios de acesso dos registros dentro do repositório.

Após ciência e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) foram agendadas as entrevistas com cada participante. O modelo de entrevista (APÊNDICE B) a ser utilizado foi o semi-estruturado, o qual assegurou que fossem apurados os pontos principais de interesse à pesquisa, mas também proporcionou que a interação com os entrevistados observasse outros aspectos que possam contribuir à pesquisa. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para facilitar a extração e apropriação das informações obtidas, que fossem compiladas e utilizadas como base para a definição das políticas e posteriores estratégias de povoamento e marketing do RI.

A avaliação das políticas foi feita utilizando o modelo SCALE (Suporte Credibilidade Acurácia Legitimidade Estrutura), esse modelo é proposto para avaliação de artefatos técnicos:

Define-se aqui como artefato técnico todo e qualquer meio de comunicação técnica com um objetivo específico, dentro de um suporte bem definido. Ele pode conter normas, procedimentos, funções, atividades, políticas, objetivos, instruções e ou orientações, com o objetivo de clarificar parte de um sistema. Um artefato técnico pode abarcar todo um processo ou apenas uma tarefa individual. (CORDENONSI; BERNARDI, 2019).

Neste estágio da pesquisa objetivou-se avaliar o artefato de Políticas e Diretrizes. As políticas elaboradas foram enviadas no email institucional do *Campus* e foi solicitado que o questionário (ANEXO A) fosse respondido. Obteve-se o retorno de 21 questionários, os quais foram analisados conforme a planilha “Resultados SCALE” e seus resultados são apresentados na seção 7.4

deste trabalho. Após a análise dos resultados foram realizadas as adequações pertinentes.

Algumas afirmações foram eliminadas em virtude das Políticas não utilizarem os itens que estavam em avaliação, conforme pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2 – Afirmações eliminadas por não serem utilizadas nas Políticas.

A06	Os apêndices citados no artefato foram incluídos na seção de apêndices?
A07	As informações e dados presentes nos apêndices estão claramente apresentados e explicados?
A09	As estatísticas e gráficos utilizados apresentam a fonte dos dados?
A35	Listas de tabelas, figuras e apêndices foram incluídas no artefato?
A42	Os gráficos são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato?
A43	As figuras são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato?
A44	As tabelas são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato?
A45	As equações são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato?
A49	Ícones, quando utilizados, são reconhecidos com facilidade e mantém o mesmo significado em todas as seções do artefato?

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A pesquisa bibliográfica permitiu conhecimento aprofundado sobre as melhores práticas para a construção de RI num todo, englobando, em especial neste caso, aspectos importantes a serem considerados na construção das políticas que compõem esse serviço. A pesquisa de trabalhos correlatos e análise dos documentos que nortearam e norteiam suas práticas de sucesso contribuem de maneira a elucidar determinadas dúvidas e também auxiliam na compreensão da complexidade do trabalho, que exige tempo e esforços conjuntos para a oferta de um serviço de qualidade. O planejamento e a adoção de critérios claros para a construção de um RI permitiu uma visão global de onde se encontra a proposta e para onde deseja-se chegar. Para discutirmos os resultados, no entanto, convém apresentar o local da realização do estudo de caso.

7.1 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o *Campus* estudado

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) estão ligados à trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A necessidade de ampliação da rede federal de educação, culmina em algumas ações governamentais a nível de ensino técnico, superior e pós-graduação.

Os Institutos Federais foram criados legalmente por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei além de criar os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, também institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cuja finalidade é apresentada no artigo 6º da Lei 11.892:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções

técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008).

Percebe-se que a Rede Federal possui um campo amplo de atuação objetivando o alcance de alto impacto social e desenvolvimento local e regional

O IF ao qual o *Campus* em estudo está vinculado é composto por 1 Reitoria, 10 *campi*, 1 *Campus* Avançado, 6 Centros de Referência e 34 Polos de Educação a Distância. Essa estrutura visa atender aos objetivos previstos na Lei de criação dos Institutos Federais (IFs), cujos principais seriam:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (BRASIL, 2008).

É evidenciado o compromisso que os IFs possuem com o ensino profissional e tecnológico após o ensino fundamental, ofertando cursos de ensino médio integrados ao técnico, bem como educação de jovens e adultos (EJA), cursos técnicos subsequentes, tecnólogos, graduação (licenciaturas e bacharelados) e pós-graduação. Outro compromisso importante é com o desenvolvimento regional, pois busca-se por meio do ensino, pesquisa e extensão e a democratização do conhecimento atrelado às realidades locais em que se encontram essas instituições a extração e problematização dos contextos, oportunizando desenvolvimento local e regional em diversos vieses.

Em sua intervenção, os Institutos devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu locus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada. (PACHECO, 2010, p. 19).

O *Campus* objeto deste estudo foi criado no ano de 2008, a definição das necessidades locais para a criação dos cursos a serem ofertados ocorreu em audiências públicas, depois de definidos os primeiros cursos a serem ofertados e construída a estrutura física necessária, foram iniciadas as atividades em 2010. Atualmente são ofertados 4 cursos técnicos integrados (sendo 1 na modalidade PROEJA), 3 cursos técnicos subsequentes, 3 cursos superiores na modalidade tecnologia, 2 cursos de licenciatura e 1 pós-graduação na modalidade de especialização.

7.2 As entrevistas

Foram entrevistadas as coordenações de curso e dois representantes da Direção de Pesquisa, Extensão e Produção, somando ao todo 15 entrevistas. Nas entrevistas pode-se constatar que, de fato, não há controle sobre as produções científicas. Cada curso possui fluxos diferentes: em alguns casos os trabalhos finais ficam armazenados nas coordenações, em outros casos os trabalhos são avaliados e devolvidos aos alunos. Os tipos de trabalhos finais também são variáveis: para os cursos de ensino médio integrado são considerados os relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas, avaliada por banca composta por três professores da instituição. Já nos cursos

superiores, apenas um exige TCC (ficam armazenados impressos e encadernados na sala da coordenação do curso), os demais têm os relatórios finais dos estágios como avaliação com banca. A pós-graduação tem como atividade final do curso o artigo científico que é avaliado por banca de pós-graduação (como é um curso recente, ainda não haviam estabelecido se os artigos seriam guardados na coordenação do curso ou devolvidos aos alunos).

Todos os entrevistados demonstraram grande interesse e entusiasmo com a possibilidade de uma ferramenta para disponibilizar as produções dos cursos, pois consideram que a divulgação é importante para a instituição e, para os alunos pode ser um estímulo na participação de eventos e escrita de artigos para submissão a revistas. Alguns afirmaram que nunca tinham pensado em algum tipo de controle sobre os trabalhos realizados no curso e nem de participação dos eventos que os alunos inscrevem-se e apresentam trabalhos. Além de evitar duplicidade de trabalhos por não haver controle e, depois de alguns anos, não ser possível saber se algum trabalho parecido já foi realizado; outro ponto positivo apresentado foi em relação à possibilidade de continuidade e aprofundamento dos trabalhos já desenvolvidos, pois muitos possuem potencial para serem aprofundados, no entanto acabam 'esquecidos' já que não há nenhum tipo de controle e muito do que é feito fica registrado apenas na memória do coordenador de curso.

De maneira geral, as parcerias que são estabelecidas são locais, com empresas e propriedades rurais que disponibilizam sua estrutura para aplicação de pesquisas desenvolvidas pelos alunos. Nenhum entrevistado relatou parceria com instituições de ensino e pesquisa formalizadas para realização de algum estudo específico.

Da mesma maneira, não há produções a nível de eixo dos cursos. Mesmo havendo verticalização dos cursos, conforme previsto em lei, não há parcerias na elaboração das atividades de ensino, apenas há participação conjunta dos cursos em atividades organizadas institucionalmente, o que não configura parceria na elaboração e execução de atividades entre os cursos de mesmo eixo.

De maneira geral, não há restrição de acesso aos conteúdos dos documentos, trabalhos que possam resultar em patente ou marca são encaminhados ao NIT do *Campus*. Neste caso, as publicações podem ser

disponibilizadas após a finalização dos trâmites junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão hoje são registrados no Sistema Integrado de Gestão, no entanto, o sistema não possui interface aberta ao público para divulgação dos artigos resultantes das atividades e apenas os projetos que recebem fomento têm obrigação de publicar artigo ao final. Os demais possuem caráter facultativo. Os artigos dos projetos com fomento são anexados ao relatório final de prestação de contas, porém a instituição não possui algum tipo de ambiente voltado à disponibilização desses artigos. Também não existe nenhum outro mecanismo de controle das publicações que resultam de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Nenhum dos entrevistados já realizou autoarquivamento, os que possuem documentos em RI realizaram depósito mediado, entregando os arquivos ao setor responsável juntamente com o termo de autorização da disponibilização. Igualmente, nenhum dos entrevistados participou de edital com fomento que exigisse publicação dos resultados em formato aberto, apenas com exigência de publicação, mas sem especificar o Acesso Aberto.

8 POLÍTICAS

As políticas foram construídas a partir das informações coletadas nas entrevistas, em consonância com a literatura da área e o estudo de trabalhos com experiências semelhantes.

8.1 Política de Conteúdo

Os conteúdos disponibilizados serão os trabalhos, produzidos por alunos, que passam por avaliação de bancas: trabalhos de conclusão de curso, artigos e relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas (PPI). A constituição dessa comunidade ocorre em virtude desses trabalhos terem naturezas parecidas. O nome da comunidade será Trabalhos acadêmicos, subcomunidades: trabalhos de conclusão de curso, artigos e Práticas Profissionais Integradas. Coleções: estarão organizadas de acordo com o curso ao qual a produção está vinculada. A comunidade Eventos contará com subcomunidades para cada tipo de evento científico organizado institucionalmente. A comunidade Produções Científicas contará com as subcomunidades: artigos, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos. Nesta comunidade estarão disponibilizadas as produções dos servidores e alunos do *Campus*, provenientes de suas atividades de pesquisa e extensão.

As comunidades 'Trabalhos acadêmicos' e 'Eventos' terão caráter de depósito obrigatório, ou seja, todas as produções referentes a essas naturezas obrigatoriamente estarão disponíveis. No entanto a comunidade 'Trabalhos acadêmicos' terá caráter opcional, haja vista que é possível que algumas produções estejam protegidos por licenças comerciais ou questões contratuais que impeçam sua disponibilização em acesso aberto. A consulta sobre as políticas de publicação dos periódicos pode ser realizada na plataforma Diadorim (para periódicos nacionais) e Sherpa/Romeo para aos periódicos internacionais.

Objetivando a preservação digital dos documentos, os formatos aceitos para disponibilização serão: PDF/A para textos, JPEG para imagens e vídeos e WAV para sonoros. São formatos comumente utilizados para preservação em longo prazo, no entanto, é função do Comitê Gestor acompanhar mudanças de padrão de formatos e, caso necessário, realizar migração dos documentos para formatos mais adequados.

8.2 Política de Submissão/Depósito

Quanto à submissão/depósito, optou-se que o cadastro dos projetos, recurso ofertado pela extensão CRIS do Dspace, seja realizado pelo coordenador do projeto, em vista da possibilidade de configuração do sistema para migração dos dados cadastrados no sistema de gestão (de pessoas, projetos e administração) da instituição, SIG. O SIG não permite a disponibilização das publicações resultantes dos projetos, portanto a adoção do repositório institucional será de grande importância à comunidade interna e externa.

Considerou-se, inicialmente, a adoção do depósito mediado para as publicações com a finalidade de facilitar o povoamento inicialmente. Com a consolidação do serviço, os usuários da ferramenta poderão observar na prática as vantagens de ter disponibilizado seus trabalhos no repositório. Essa consolidação permitirá, futuramente, a adoção do autoarquivamento, no qual o autor, de posse de seu login e senha, preencherá os metadados e carregará o arquivo. Neste cenário, o bibliotecário passaria a fazer a validação dos metadados e conferiria as inconsistências no preenchimento. Tal prática, observada com sucesso no ReporitoriUm, possibilita maior autonomia ao pesquisador e diminui a carga de trabalho por parte do profissional da biblioteconomia.

8.3 Política de Direitos Autorais

Quanto aos direitos autorais dos documentos disponibilizados no RI, fica previsto o uso de Licença *Creative Commons* por se tratar de licenças gratuitas e flexíveis. Deste modo, é permitido o uso das obras com a finalidade de

estudo e pesquisa, só é permitido o uso não comercial e, em qualquer situação, é obrigatória a citação do autor e demais informações do documento utilizado.

A prática da utilização deste tipo de licença é comum nos RI em virtude de sua flexibilidade, já que há diversas opções de licença, e também em virtude de ser uma opção gratuita, estando alinhada com os preceitos do AA.

8.4 Política de Acesso à Informação

O acesso às informações é ilimitado ao bibliotecário e analista de TI, participantes do Comitê Gestor, já que o bibliotecário possui diversas atribuições dentro do sistema e o analista de TI, faça em si, a configuração do sistema, dentre outras atividades listadas na Política de Gerenciamento. Uma vez que o cadastro de projetos seja responsabilidade de seus coordenadores (servidores da instituição), os servidores terão login e senha com acesso somente ao cadastro dos projetos. Documentos que envolvam informações sigilosas (que envolvam registro de marcas e patentes, por exemplo) serão incluídos no sistema, porém sua disponibilização ao público ocorrerá somente após finalização da tramitação junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), assegurando, desta forma, total segurança aos autores das pesquisas. Os demais documentos estarão disponíveis para acesso e download, também estarão acessíveis os metadados e estatísticas de acesso e uso de cada documento.

8.5 Política de Preservação Digital

A preservação digital é assegurada por meio da utilização dos formatos mencionados anteriormente na política de conteúdo. Além disso, a utilização de identificadores permanentes, neste caso o Handle System, garantirá a localização do documento mesmo que o mesmo tenha local alterado. Além disso, é prevista a realização diária de backup dos bancos de dados, isso é importante para que as informações referentes aos acessos, estatísticas e, em especial, os documentos não sejam perdidos em caso de qualquer problema técnico na plataforma.

Além disso, é papel do Comitê Gestor estar atento às mudanças de padrões voltados à preservação digital, garantindo que os formatos não fiquem obsoletos garantindo, assim, efetivamente a preservação a longo prazo.

8.6 Política de Gerenciamento

O Comitê Gestor, conforme observado na literatura e também abordado nos estudos correlatos, não necessita ser composto por uma grande equipe, precisa ter profissionais capacitados para o exercício das atividades e que contemplem áreas primordiais para o andamento do trabalho, em especial, bibliotecários e analistas de TI. Considerando-se ser um novo serviço, optou-se em, além do bibliotecário e do analista de TI, contar também com um profissional da área da comunicação (visando as estratégias de identidade visual e de marketing), bem como representantes de outros setores diretamente envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no *Campus*. É importante o envolvimento de profissionais vinculados a diversas atividades na instituição para que haja proximidade do serviço às demandas institucionais. Além disso, a capacitação dos profissionais participantes do Comitê Gestor é de extrema importância, dada sua atuação estratégica junto à comunidade científica da instituição (servidores e alunos).

8.7 Política de Marketing e/ou Comunicação

Uma das políticas estratégicas para a consolidação e sucesso do RI está na política de marketing, que prevê a criação da identidade visual do RI, a divulgação interna e externa do serviço: sensibilização inicialmente da comunidade científica interna para encorajá-la a submeter e utilizar o serviço e seus recursos (estatística de acessos e *downloads*, por exemplo), propiciando aumento na visibilidade de suas produções científicas. Posteriormente ao início do povoamento do repositório deve haver a divulgação dos recursos ofertados pelo sistema também à comunidade externa. Além da sensibilização inicial ao uso do repositório, periodicamente devem ser ofertadas formações junto aos servidores e alunos para apresentar novos recursos, estatísticas e benefícios da divulgação e compartilhamento de informações científicas em Acesso Aberto.

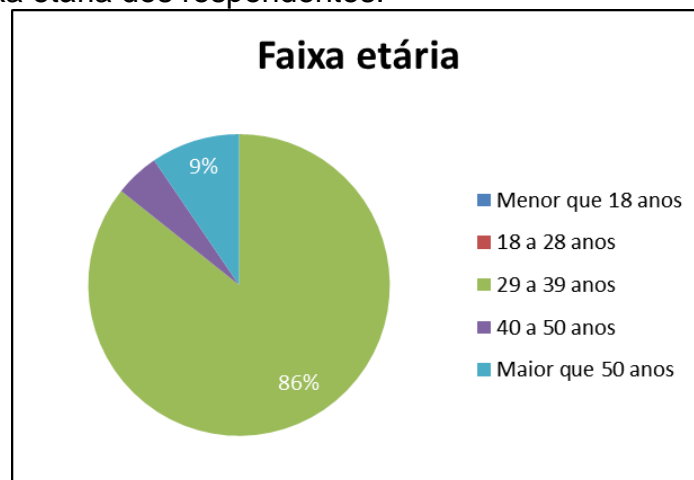
As políticas elaboradas e enviadas para posterior avaliação encontram-se no Apêndice C deste trabalho.

8.8 Avaliação das Políticas

A seguir são apresentados os resultados da avaliação das políticas obtidos nos questionários. Conforme já mencionado, algumas afirmações foram eliminadas do questionário, pois as Políticas desenvolvidas não utilizavam os itens que estavam em avaliação. Nos gráficos apresentados nesta seção, estas afirmações aparecem com a barra sem valor.

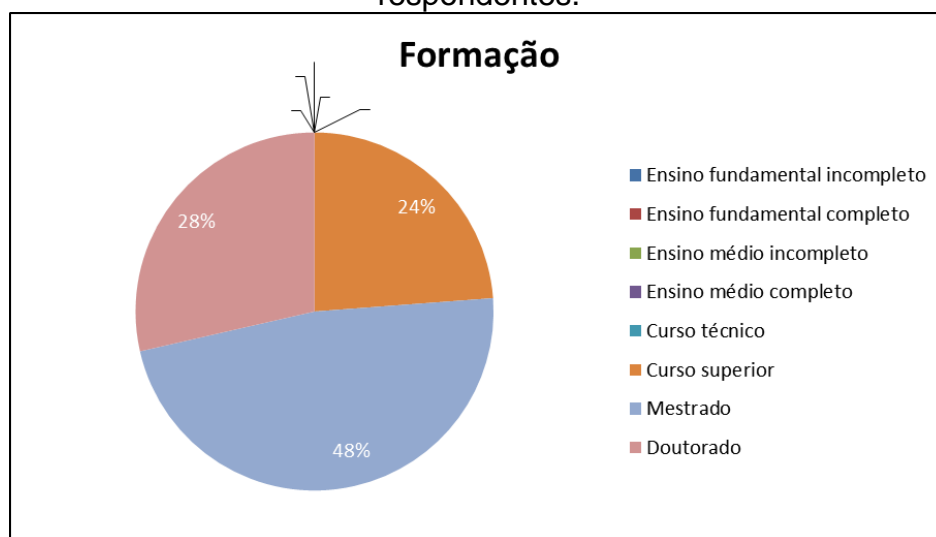
Obteve-se retorno de 21 questionários, e do total de respondentes, 86% está na faixa dos 29 a 39 anos, 9% mais que 50 anos e 5% entre 40 e 50 anos. Além disso, 50% possuem formação a nível de mestrado, 25% com formação a nível de doutorado e os demais, 25%, nível de graduação. As informações podem ser observadas nas Figuras 6 e 7:

Figura 6 – Faixa etária dos respondentes.



Fonte: dos autores (2019).

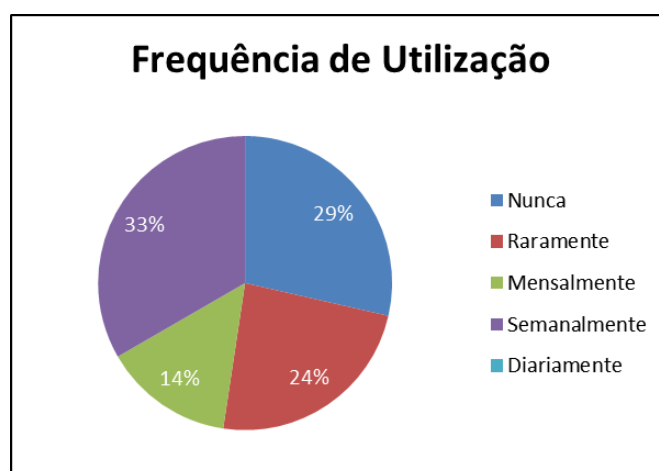
Figura 7 – Formação dos respondentes.



Fonte: dos autores (2019).

A respeito da utilização da política proposta, 29% afirmou nunca utilizar, 24% afirmou utilizar raramente, 14% utiliza mensalmente e 33% utiliza semanalmente, conforme Figura 8. Essa diferença nas porcentagens pode ser explicada pelo perfil profissional e acadêmico, já que o público respondente foi composto por técnicos de diversas áreas de atuação no *Campus* e docentes. Portanto, há atividades desenvolvidas profissionalmente que não requerem a utilização da política, enquanto outras estão mais intimamente ligadas a esses assuntos. Destaca-se que, devido ao fato de ser uma política nova na instituição, a frequência de utilização esperada era de 100% 'Nunca'.

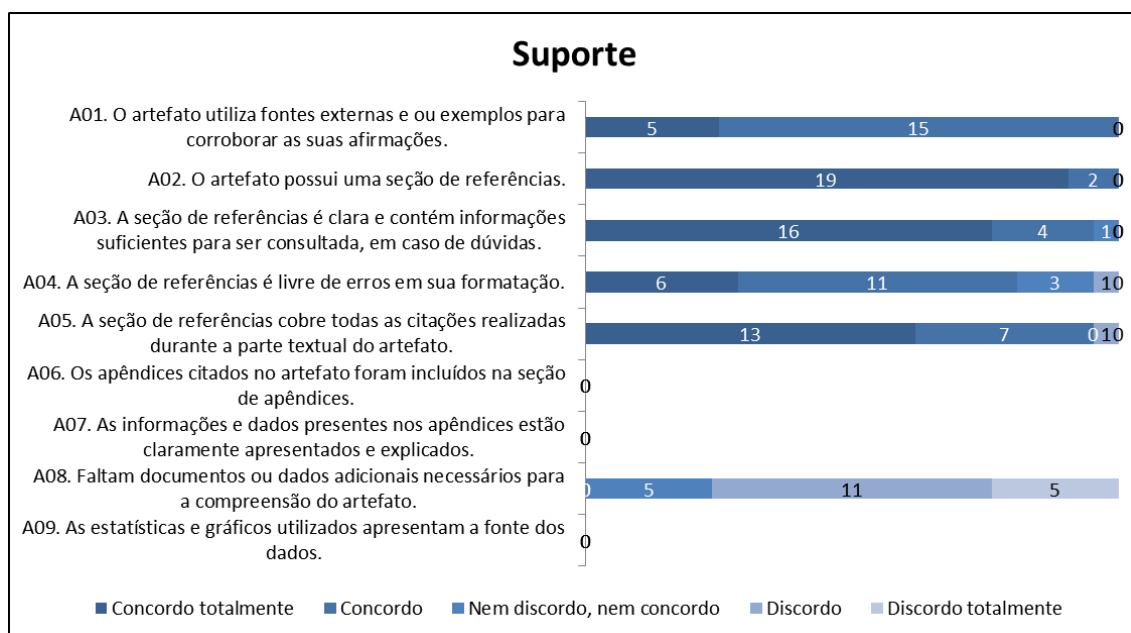
Figura 8 – Frequência de utilização.



Fonte: dos autores (2019).

A seção ‘Suporte’, diz respeito a ‘como’ foi feito o artefato, enfatizando a questão das referências utilizadas na construção do mesmo (CORDENONSI; BERNARDI, 2019). No caso da Política, a avaliação foi positiva quanto às fontes externas e referências, demonstrando haver suporte bibliográfico satisfatório e identificado em uma seção ao final do produto denominada ‘Referências’, os resultados da avaliação podem ser observados na Figura 9.

Figura 9 - Resultados dos questionários sobre a seção “Suporte”.

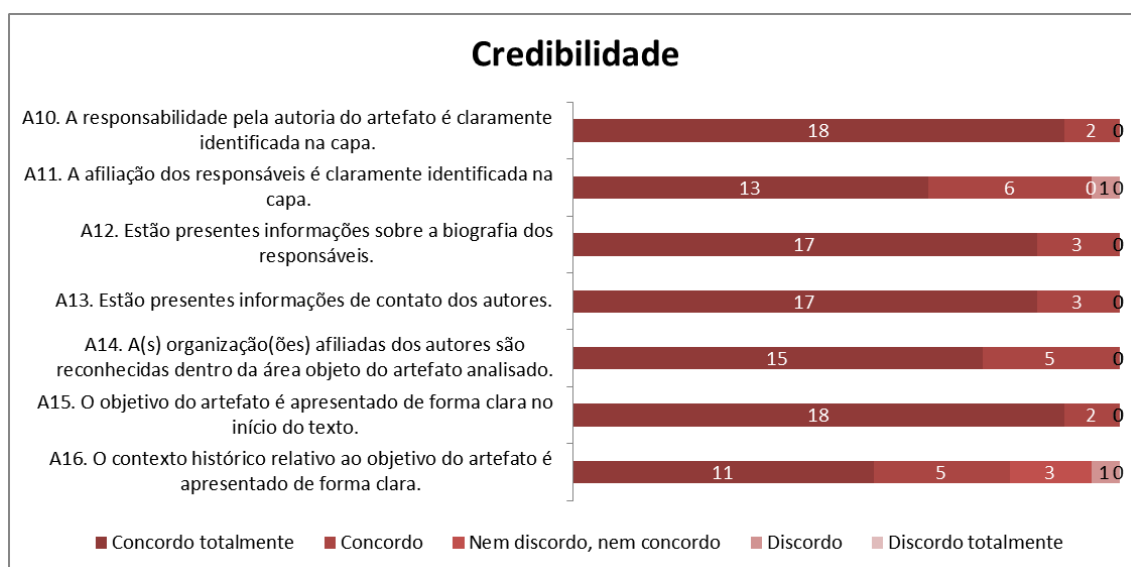


Fonte: dos autores (2019).

A respeito da ‘Credibilidade’ do artefato, de maneira geral, a avaliação foi muito boa, conforme demonstra a Figura 10. Todos os itens tiveram avaliação positiva, demonstrando que as informações de afiliação, biografias dos autores e o objetivo estão bem identificados e claros. Ou seja, os respondentes puderam identificar “quem” desenvolveu a Política e “porquê” a mesma foi desenvolvida. Destaca-se, principalmente, o resultado obtido na declaração “O objetivo do artefato é apresentado de forma clara no início do texto”, com 17 respostas “Concordo totalmente” e “2 respostas” Concordo”, que corrobora que os avaliadores conseguiram compreender facilmente para que servia as Políticas desenvolvidas. Em relação à declaração “O contexto histórico relativo ao objetivo do artefato é apresentado de forma clara”, percebe-se que alguns respondentes (3 avaliaram como Nem Discordo, nem

concordo; 1 avaliou como Discordo), tiveram dificuldade em perceber a atual conjuntura apresentada na Política, representando um ponto de atenção para a mesma.

Figura 10 - Resultados dos questionários sobre a seção “Credibilidade”.

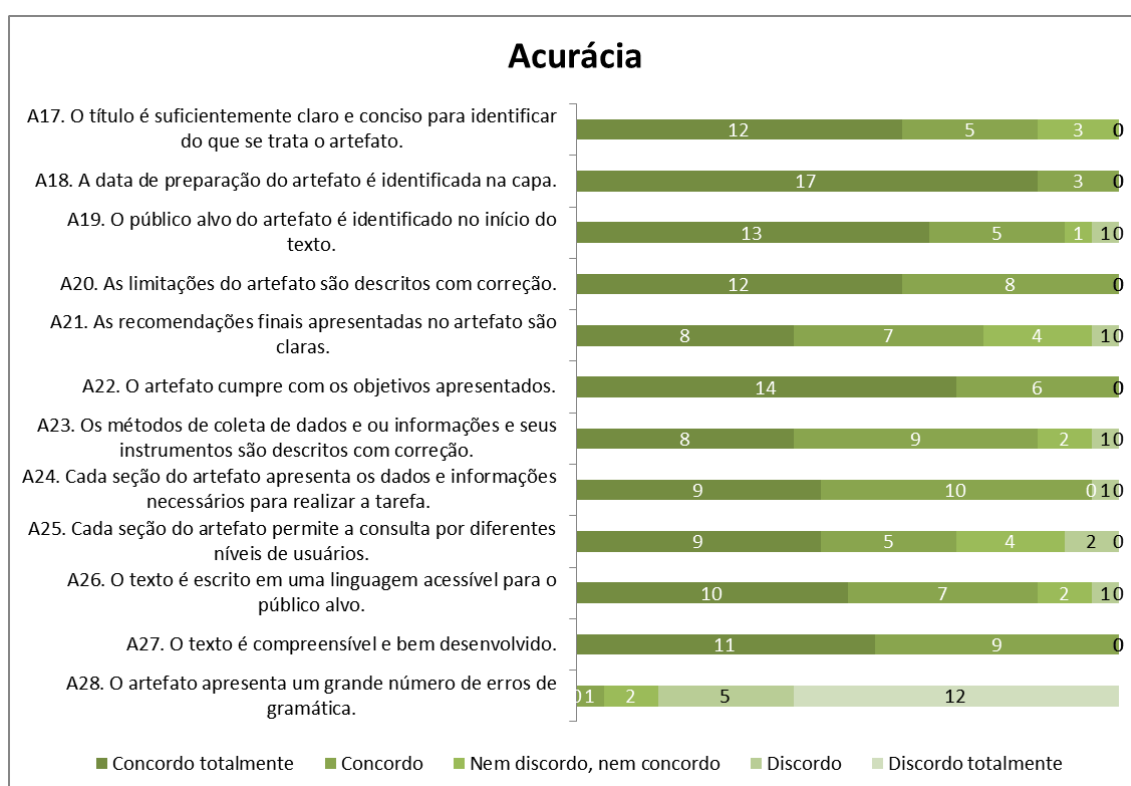


Fonte: dos autores (2019).

Sobre a ‘Acurácia’ (Figura 11), as respostas foram positivas, demonstrando que a Política está elaborada de maneira a permitir a compreensão do todo, havendo uma transmissão de informações satisfatória. Destaca-se que quase todas as declarações se encontram no espectro positivo (Concordo totalmente e Concordo), com destaque para a declaração “O artefato cumpre com os objetivos apresentados”, com 14 respondentes indicando que Concordavam Totalmente e 5 indicando que Concordavam. As declarações “Cada seção do artefato apresenta dados e informações necessárias para realizar a tarefa” e “O texto é compreensível e bem desenvolvido” apresentaram resultados divididos entre “Concordo” e “Concordo Totalmente”, o que representa uma boa performance. A declaração “Cada seção do artefato permite a consulta por diferentes níveis de usuários” foi a que apresentou resultados mais diversos. No entanto, cabe salientar que a política

desenvolvida, por não ser um artefato do tipo guia ou manual, foi descrita de forma objetiva, pois ela não pode incorrer em dubiedades ou dúvidas. Desta forma, a linguagem utilizada pode se tornar um pouco mais pesada para quem não lida diariamente com as rotinas estabelecidas. Isso se reflete também na declaração “O texto é escrito em uma linguagem acessível para o público alvo”, que foi a segunda com pior performance. Por fim, destaca-se que a declaração inversa “O artefato apresenta um grande número de erros de gramática” foi considerada como “Discordo” e “Discordo totalmente” por 17 dos respondentes.

Figura 11 - Resultados dos questionários sobre a seção “Acurácia”



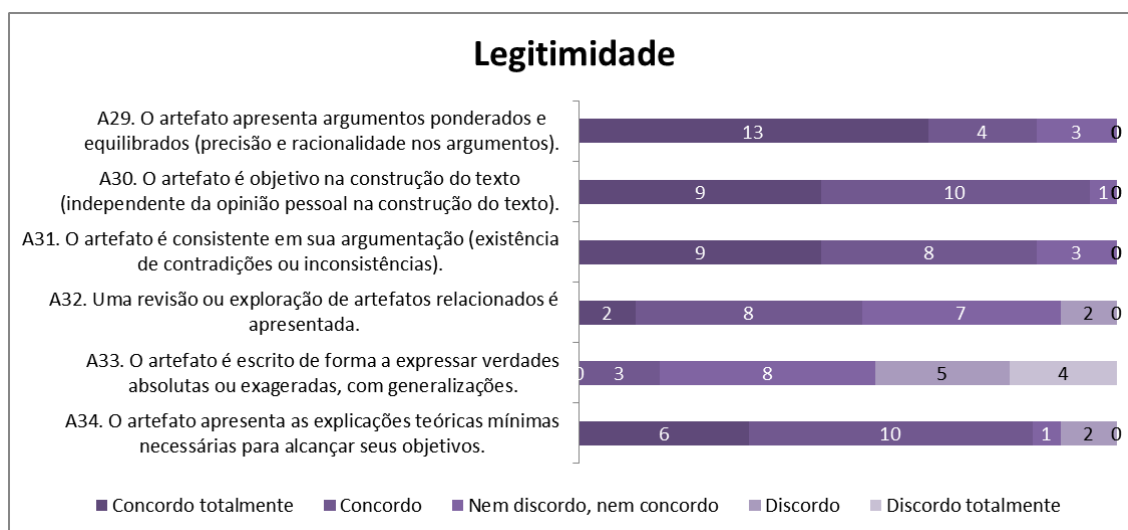
Fonte: dos autores (2019).

Em relação à Legitimidade (Figura 12), esta seção busca compreender se o texto foi claro, objetivo e apresentou argumentos consistentes (CORDENONSI; BERNARDI, 2019). É a seção de análise mais difícil pelos respondentes. Em relação aos resultados, a primeira declaração (O artefato apresenta argumentos ponderados e equilibrados) foi a com melhor performance, com 13 respondentes indicando que Concordavam Totalmente e 4 que Concordavam, o que corrobora a qualidade do mesmo. Depois, houve duas declarações onde os respondentes se dividiram entre Concordo

Totalmente e Concordo (O artefato é objetivo na construção do texto, O artefato é consistente em sua argumentação). Em relação à declaração “Uma revisão ou exploração de artefatos relacionados é apresentada”, destaca-se que as políticas apresentadas são inéditas na instituição. A política apresenta uma breve apresentação sobre seus objetivos, mas realmente não se detém na exploração de políticas semelhantes, pois cada política é definida de acordo com a realidade de cada instituição.

O principal problema levantado pelos respondentes está na declaração “O artefato é escrito de forma a expressar verdades absolutas ou exageradas, com generalizações”. Esta declaração obteve 3 Concordo, 8 Nem Discordo e Nem Concordo, e 9 distribuídos entre Discordo e Discordo Totalmente. Idealmente, esta declaração deveria ser totalmente negativa. No entanto, como se trata de uma política, ela precisa ser descrita de forma a representar a *verdade* da instituição e, desta forma, se apresenta escrita de forma taxativa. Talvez esta característica tenha prejudicado a forma como os respondentes analisaram a declaração.

Figura 12 - Resultados dos questionários sobre a seção “Legitimidade”

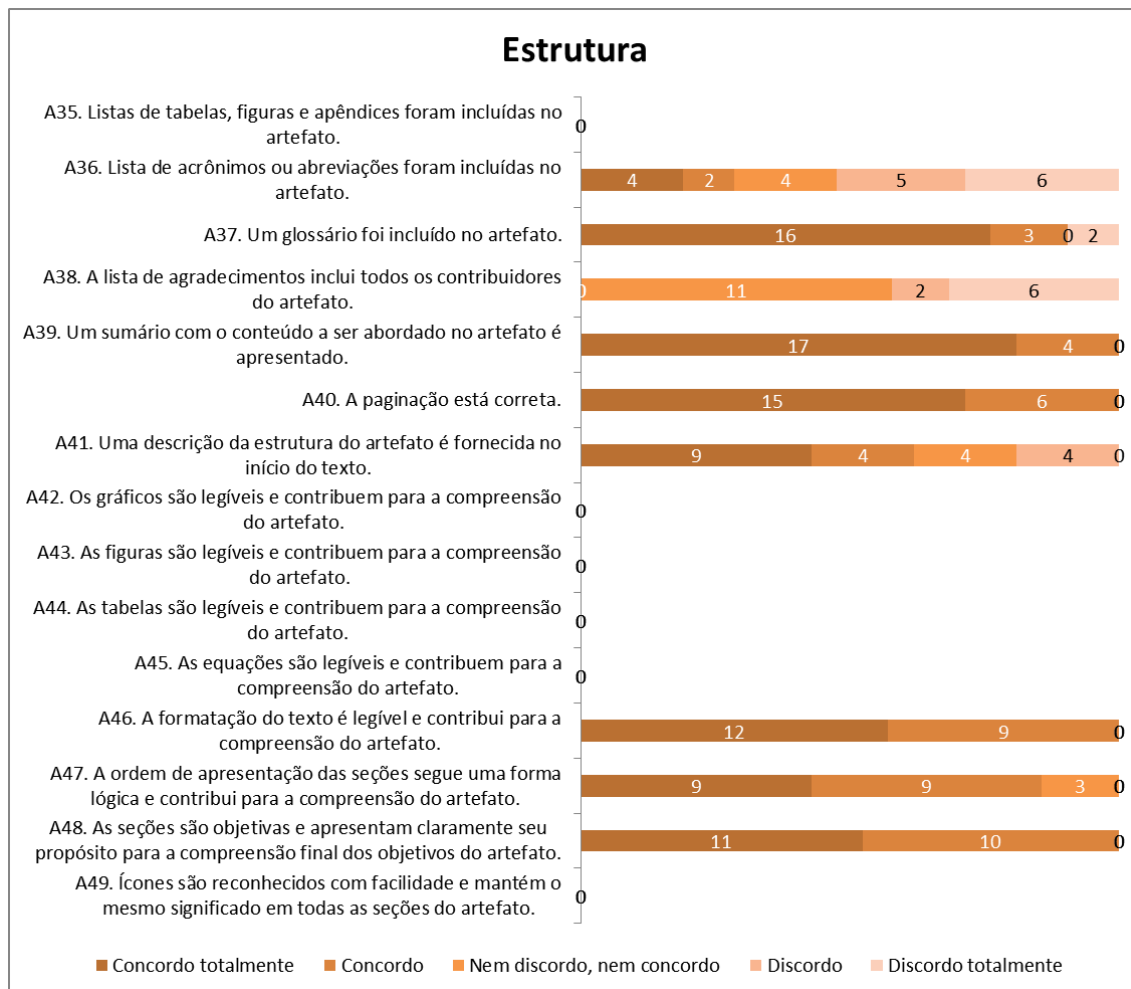


Fonte: dos autores (2019).

Encerrando as perguntas fechadas do questionário, a seção ‘Estrutura’ revela aspectos relativos à parte estrutural da Política (imagens, gráficos, apêndices, paginação, glossário, entre outros, conforme a Figura 13). Percebe-se que os itens que a política apresenta são avaliados positivamente. No

entanto, há diversos itens que não foram utilizados devido à natureza do artefato e, desta forma, foram desconsiderados para a avaliação final.

Figura 13 - Resultados dos questionários sobre a seção “Estrutura”



Fonte: dos autores (2019).

Os pontos importantes do artefato apontados pelos respondentes na pergunta aberta, referem-se a: missão; poder ter acesso ao que é produzido na instituição; ser fonte de trabalhos científicos gratuitamente; explanação da proposta deixando clara a possibilidade de disponibilizar para a comunidade acadêmica e externa o que é produzido na instituição; compulsionaridade de publicação dos trabalhos acadêmicos e eventos; organização do artefato bem estruturada e de fácil compreensão; a iniciativa de organizar o acervo dentro de padrões reconhecidos; melhoria na divulgação dos resultados produzidos na instituição; contribuição do produto final: repositório; relevância para a comunidade acadêmica; definição objetiva das atribuições dos envolvidos na equipe de planejamento e desenvolvimento e os níveis de acesso de cada um;

artefato num todo para que o repositório seja utilizado de maneira organizada e realmente traga visibilidade para as atividades fins da instituição; estabelecimento de políticas é de fundamental importância pois a instituição carece de um repositório; ter ciência da intenção de proposição de uma política de preservação das pesquisas; disponibilizar em um único sistema os trabalhos desenvolvidos pela instituição.

A pergunta sobre melhorias que poderiam ser realizadas no artefato foram: colocar detalhes de como funcionará o ambiente de pesquisa, ou seja, os campos de busca que serão possíveis (autor, título, assunto, etc.); acrescentar um tópico de conclusão/fechamento; incluir ilustrações explicativas; aprofundar a importância de ter um repositório; colocar em números tudo que é produzido na instituição.

E, finalizando o questionário, os comentários e sugestões recebidas foram: incluir opção de documento sonoro em formato MP3 e MP4; acrescentar os Projeto Institucional de Desenvolvimento (PID) e os projetos de inovação; revisão do formato do arquivo digital de áudio.

Após análise do resultado da avaliação, visando que o artefato atenda ao seu propósito, foram realizadas as alterações, conforme pode ser observado no Anexo D, referentes ao esclarecimento de quais campos serão possíveis ser pesquisados pelos usuários (acrescentado na Política de Acesso à Informação); inclusão da opção de formato para documento sonoro em MP3 e MP4 (Política de Conteúdo); inclusão, na comunidade dos projetos, os Projeto Institucional de Desenvolvimento (PID) e os projetos de inovação, cada um com sua respectiva coleção (Política de Conteúdo).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o objetivo da pesquisa foi cumprido e almeja-se que a instituição aproprie-se do produto deste trabalho, ofertando um serviço que beneficiará toda comunidade da instituição - alunos e servidores. O Acesso Aberto é recente, mas é um caminho que vem sendo trilhado de forma a engajar e aproximar diversas instituições e países em parcerias para fortalecer essa vertente, rompendo barreiras geográficas.

O retorno das entrevistas e, posteriormente, nas avaliações da Política evidenciou que o público interno reconhece positivamente a iniciativa de um RI, em especial dentro da perspectiva de ampliar a visibilidade da produção científica da instituição, inclusive podendo ser um motivador aos alunos da instituição em suas produções. As vantagens, no entanto, vão além e podem servir como uma ferramenta auxiliar no processo de tomada de decisão, por exemplo, fornecendo dados para mapear áreas que necessitem mais investimento.

Estabelecer políticas concisas fortifica a prática cotidiana dentro do RI, por isso, é fundamental que as políticas estejam alinhadas com os setores que produzem as informações científicas.

Constatou-se nas entrevistas que, além da necessidade de sensibilização para o uso e depósito em RI, será necessário o debate sobre o Acesso Aberto, a via verde e a via dourada. A criação do Repositório Institucional para o *Campus* é um projeto que pode ser ampliado para a disponibilização dos Dados Científicos em formato aberto, aumentando as possibilidades de estudos a serem desenvolvidos. Os dados abertos, seu uso e reuso, vêm sendo amplamente discutido no meio científico, portanto o *Campus* em estudo por se tratar de uma instituição de ensino e, também, de desenvolvimento tecnológico deve acompanhar essas mudanças de paradigma e buscar seu espaço de atuação e protagonismo no avanço das ciências.

A avaliação do produto foi positiva e foi possível perceber, mais uma vez, que a comunidade científica do *Campus* mostra-se aberta e otimista quanto à ferramenta, visualizando diversos pontos positivos no artefato e avaliando bem a iniciativa. Os pontos que geraram dúvidas e/ou sugestões

foram atendidos na medida em que foi possível e vislumbrando que o objetivo central fosse o foco da Política.

As instituições de ensino e de pesquisa sempre tiveram papel fundamental no desenvolvimento da ciência, sendo espaço de compartilhamento de conhecimentos, de dúvidas, de questionamento, de novas descobertas e inovações nas diversas áreas. O avanço social passa pelo espaço da academia e, por esta razão, o conhecimento não pode ficar limitado a este espaço, deve atravessar as fronteiras e chegar a todos os segmentos da sociedade.

Os benefícios da divulgação científica em Acesso Aberto são diversos, mas um dos fatores de maior destaque refere-se à possibilidade de ampliar a visibilidade das pesquisas e, por consequência, poder haver mais questionamentos e linhas de pesquisas, com o intuito de enriquecer os debates fundamentados em argumentos sólidos.

Se hoje, na Era da Informação a informação é sinônimo de poder, é papel das instituições de ensino, aqui, em especial as públicas, democratizar o acesso aos conhecimentos e recursos ali produzidos. A ampla divulgação das pesquisas, conforme apresentado neste trabalho, além de beneficiar as instituições, os pesquisadores, beneficia também a sociedade. A aproximação do meio acadêmico com os segmentos da sociedade dá o significado e justifica sua existência, a ciência não pode ser feita a portas fechadas. Um meio de retorno à sociedade em relação aos investimentos públicos financeiros realizados é a divulgação dos resultados de suas atividades.

REFERÊNCIAS

AMADO, João (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Prólogo**: A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste após 10 anos. Budapeste, 2012. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Lei 11.892/2008 de 29 dez. 2008. **Diário Oficial da União**, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRUMATI, Josimara Dias. **O Acesso Aberto Verde no Brasil**: um estudo descritivo da produção científica depositada em repositório institucional. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11208/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20final%20-%20Josimara%20Dias%20Brumatti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

COCCO, Ana Paula; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Repositórios institucionais de acesso aberto: cenário nos países ibero-americanos. **Informação e Sociedade**: estudos, v. 24, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17441>>. Acesso em: 02 out. 2017.

CORDENONSI, André Zanki; BERNARDI, Giliane. Método SCALE (Suporte Credibilidade Acurácia Legitimidade Estrutura) para a Avaliação de Artefatos Técnicos. **Relatórios Técnicos do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede**, Santa Maria, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgter/wpcontent/uploads/sites/517/2019/08/PPGTER.DES_.06.2019.TEC_.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais na América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília, DF: IBICT, 2017.

COSTA, Lucas Rodrigues da; SHINTAKU, Milton; SILVEIRA, Lucas Ângelo da. DSpace CRIS. In: VECHIATO, Fernando *et al.* (Org.). **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUFTPR, 2017. Disponível em: <<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/224>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DASCAL, Marcelo. Epistemologia, controvérsias e pragmática. **Revista da SBHC**, n. 12, 1994. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=30. Acesso em: 05 jul. 2019.

DURASPACE. **Página inicial do DSpace-CRIS**. 2018. Disponível em: <https://wiki.duraspace.org/display/DSPACECRIS/DSpace-CRIS+Home>. Acesso em: jan. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia. Comunicação científica: das restrições ao acesso livre. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Org.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. **Preservação digital na gestão da informação: um modelo processual para as instituições de ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. ISBN 9788579833335 Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113727>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**. 2005. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

KURAMOTO, Helio. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: SAYÃO, Luís et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória e livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.

KURAMOTO, Hélio. Implantação de Repositórios Institucionais em universidades e instituições de pesquisa no Brasil: do projeto ao processo. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LA REFERENCIA. 2019. Disponível em: <http://www.lareferencia.info/pt/> . Acesso em: jan. 2019.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima et al. **Repositórios Institucionais**: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília, DF: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no meio acadêmico. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2017.

MARCHIORI, Patrícia Zeni et al. Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação de sua produção em revistas científicas. In: Simpósio Regional da Pesquisa em Comunicação, 7., 2006. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0015/4324/FATORES_MOTIVACIONAIS_DA_COMUNIDADE_CIENTIFICA_PARA_PUBLICAA_A_O_E_DIVULGAA_A_O_DE_SUA_PRODUA_A_O_EM_REVISTAS_CIENTIFICAS.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Política Pública de Acesso Aberto à Produção Científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-217, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MOREIRA, Fernando Cavalcanti; SALM JUNIOR, José Francisco. Procedimentos de preservação digital para repositórios institucionais de universidades federais do Brasil. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 003-013, 2017. Disponível em: <

<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/35158>>. Acesso em: 12 out. 2017.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138%3E>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PAVÃO, Caterina Graposo et al. Repositório digital: acesso livre à informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: Conferência Ibero-Americana de Publicações Eletrônicas no Contexto da Comunicação Científica, 2., 2008. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14865>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PAVÃO, Caterina Graposo et al. Motivações e desafios para a criação do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: Conferência de Directores de Tecnología de Información, 3., 2013. **Actas...**, Cartagena de Indias, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81720>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PINTO, Carlos Souza; SIMÕES, Cláudia; AMARAL, Luís. CERIF – Is the standard helping to improve CRIS?. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CURRENT RESEARCH INFORMATION SYSTEMS, 12, 2014. **Proceedings...** Rome: euroCRIS, 2014, p. 80-85. Disponível em: <https://DSpaceCRIS.euroCRIS.org/bitstream/11366/216/3/26_Pinto%20Sousa%2c%20Sim%2c%20Amaral_fin.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

RODRIGUES, Eloy. O RepositóriUM - Repositório Institucional da Universidade do Minho: da gênese à maturidade. In: GOMES, Maria João; ROSA, Flávia. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/616/3/Repositorios%20institucionais.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SANTOS, Cristiano Sasse dos. **Implantação de um repositório para produção acadêmica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Júlio de Castilhos**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16662>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SHINTAKU, Milton. Tecnologias para gestão da informação. In: VECHIATO, Fernando et al. **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017.

SHINTAKU, M.; VECHIATO, F. Histórico do uso do DSpace no Brasil com foco na tecnologia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 1-16, 6 jun. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13097>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SILVEIRA, Lucas Ângelo da; SHINTAKU, Milton; Bollini, Andrea. **Guia de instalação DSpace CRIS**. Brasília, DF: IBICT, 2016. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1066>>. Acesso em: jan. 2019.

SOUZA, Dayse Neri de; COSTA, António Pedro; SOUZA, Francislê Neri de. Desafio e inovação do estudo de caso com apoio das tecnologias. In: SOUZA, Francislê Neri de; SOUZA, Dayse Neri de; COSTA, António Pedro (Org.). **Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios**. [S.n.]: Ludomedia, 2015. v. 2.

VEIGA, Viviane; MACENA, Luís Guilherme. O autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros: um estudo exploratório. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 35-47, dez. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15107>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ZALESKI, Tânia. **Fundamentos históricos do ensino de ciências**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: proposta de implantação para um *Campus* de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Pesquisador responsável: Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

André Zanki Cordenonsi (Orientador)

Telefone e endereço: (55) 99945-3985. Rua José Hemesath, 765, Panambi-RS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Fui convidado a participar de pesquisa que objetiva propor política para implantação de Repositório Institucional contribuindo para a preservação das pesquisas realizadas e promovendo o acesso aberto às informações produzidas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na qual minha participação envolverá responder uma entrevista com perguntas atinentes a minha atividade profissional, na condição de coordenador de curso e/ou setor ligado ao ensino, pesquisa e extensão.

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento. Fui informado (a) também que é possível que aconteçam desconfortos ou riscos. No entanto, os pesquisadores entendem que estes riscos estão em conformidade com a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que diz: DOS RISCOS E BENEFÍCIOS – Toda a pesquisa com seres humanos envolve risco em tempos e graduações variáveis, mesmo não ocorrendo entrevistas e questionários diretos, os participantes podem sofrer danos como desconforto imediatos ou posteriores, tanto no plano individual ou coletivo. Ainda os pesquisadores justificam os possíveis riscos pelos benefícios esperados pela presente pesquisa, salientando o que já está dito no item V.2 DOS RISCOS E BENEFÍCIOS: São admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade destes dados, bem como a não exposição dos mesmos. Todos os documentos e dados físicos oriundos da pesquisa ficarão guardados em segurança por cinco anos e em seguida descartados de forma ecologicamente correta.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência a que tenho direito.

A participação no estudo não terá nenhum custo para mim e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira. Também, autorizo o uso de minha imagem procedente de qualquer natureza tecnológica (foto, filmagem, áudio) para fins de pesquisa, sendo seu uso restrito em publicação, apresentação, participação em eventos decorrentes da pesquisa e, que os pesquisadores vierem a participar.

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo. Tendo sido orientado quanto ao teor deste estudo e compreendido a natureza e o objetivo do mesmo, manifesto meu livre consentimento em participar.

Nome por extenso _____

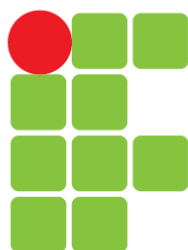
Assinatura _____ Panambi/RS, ____ de _____ de 2019.

APÊNDICE B

Modelo de entrevista com coordenadores de curso

- 1) Quais os tipos produções científicas são desenvolvidas ao longo do curso?
- 2) Atualmente como os documentos científicos produzidos pelo curso são armazenados? Como é realizado o acesso a esse material? Existe algum tipo de controle ou divulgação para as produções científicas?
- 3) Desses documentos, quais possuem relevância para a sociedade e para o meio científico e deveriam estar disponíveis à consulta da sociedade?
- 4) Existe algum documento que tem restrição quanto à disponibilidade? Qual tipo de restrição?
- 5) Como coordenador de curso, existem outras produções de cunho científico do eixo ao qual pertence?
- 6) Existe algum tipo de controle das publicações resultantes dos projetos de pesquisa, ensino e extensão? Como é divulgado o resultado dessas atividades?
- 7) Há documentos científicos resultantes de parcerias estabelecidas com outras instituições?
- 8) Você já participou de algum edital ou programa com financiamento que exigiu a publicação de resultados em repositórios de acesso aberto? (Podem ser considerados repositórios institucionais ou revistas de acesso aberto).
- 9) Enquanto pesquisador, quais são os critérios observados na hora de escolher onde fará suas publicações? Já observou, em algum momento se os meios que utiliza são de acesso aberto? Já realizou depósito em RI? Como foi a experiência?

APÊNDICE C



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
FARROUPILHA

**POLÍTICAS PARA O REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – *CAMPUS PANAMBI***

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

Andre Zanki Cordenonsi

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em Gestão Eletrônica de Documentos na Administração Pública pela WPós, especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente cursa o Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede pela Universidade Federal de Santa Maria e é Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Maria.

Contato: debora.daenecke@gmail.com

Andre Zanki Cordenonsi

Andre Zanki Cordenonsi possui graduação em Informática pela Universidade Federal de Santa Maria (1996), mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Santa Maria, atuando nos Cursos de Graduação em Arquivologia e Sistemas de Informação. Também é pesquisador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e do Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede, ambos da UFSM, atuando na área de gestão de documentos eletrônicos e desenvolvimento de tecnologias educacionais para o ensino superior.

Contato: andrezc@inf.ufsm.br

Limites do Artefato

Este documento é resultado de um projeto de pesquisa realizada ao longo do curso de Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede na Universidade Federal de Santa Maria (2017-2019), de autoria de Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura sob a orientação do Professor Doutor André Zanki Cordenonsi. O objetivo do trabalho foi propor uma política para implantação de um Repositório Institucional, contribuindo para a preservação das pesquisas realizadas e promovendo o acesso aberto às informações produzidas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. As diretrizes foram estabelecidas com base em amplo estudo sobre Comunicação Científica, Repositórios Digitais e boas práticas para o planejamento e implantação desse tipo de serviço em Instituições de Ensino, em consonância com as demandas institucionais que foram elencadas por meio de entrevistas com servidores da instituição. No entanto, ressalta-se que esta política ainda não foi aprovada ou avaliada pelo Instituto Federal Farroupilha e suas entidades gestoras.

SUMÁRIO

OBJETIVOS	04
MISSÃO	05
POLÍTICA DE GERENCIAMENTO	06
POLÍTICA DE CONTEÚDO	07
POLÍTICA DE SUBMISSÃO / DEPÓSITO	08
POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS	09
POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	10
POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	11
POLÍTICA DE MARKETING E OU COMUNICAÇÃO	12
GLOSSÁRIO	13
REFERÊNCIAS.....	15

OBJETIVOS

O objetivo do Repositório Institucional é organizar, preservar e ampliar a visibilidade da produção científica, resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Para atingir o objetivo, além de atender as demandas institucionais, o repositório estará configurado de forma a seguir os padrões e protocolos internacionais que regem a preservação e o Acesso Aberto, *Open Archives Initiative*, visando a integração deste serviço com sistemas nacionais e internacionais de comunicação científica em formato aberto.

MISSÃO

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO

A equipe gestora do Repositório Institucional tem por objetivo acompanhar e estimular o desenvolvimento, povoamento e aperfeiçoamento do repositório e sua projeção em portais garantindo a ampla visibilidade do serviço.

O comitê Gestor será composto por 1 bibliotecário, 1 analista de Tecnologia da Informação (TI), 1 representante da Direção de Pesquisa Extensão e Produção, 1 representante de cada eixo dos cursos ofertados no Campus, e 1 representante da Assessoria de Comunicação do *Campus*.

Ao bibliotecário compete gerir o conteúdo do repositório, trabalhar ativamente com capacitações voltadas aos usuários e acompanhamento das demandas institucionais; definir metadados para a representação e preservação dos documentos, bem como, estabelecer padrões para o preenchimento dos valores desses metadados, considerando a missão do Repositório Institucional e padrões internacionalmente utilizados; e manter um monitoramento para garantir que o material das comunidades esteja em conformidade com os critérios estabelecidos

Ao analista de TI compete gerir o sistema utilizado pelo repositório, realizar as atualizações do sistema, fazer adequações no que se refere aos metadados e às coleções, configurar a plataforma conforme padrões e protocolos internacionais da *Open Archives Initiative* afim de garantir a inserção do RI em sistemas de informação científica nacionais e internacionais.

Ao representante da Direção de Pesquisa, Extensão e Produção, aos representantes de cada eixo dos cursos e ao representante da Assessoria de Comunicação do *Campus* compete a participação no Conselho de Gestão do RI, responsabilizando-se por acompanhar as atividades relacionadas ao RI: comunidades, povoação, estratégias de marketing, e outras demandas que necessitem tomada de decisão referente aos conteúdos, às comunidades e às políticas do RI.

POLÍTICA DE CONTEÚDO

Os documentos que podem ser disponibilizados no repositório são aqueles resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão de autoria dos discentes, docentes e técnicos administrativos do *Campus*.

Inicialmente, ficam criadas as seguintes comunidades:

- a) Trabalhos acadêmicos: trabalhos de conclusão de curso, artigos e relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas (PPI). Cada curso contará com uma coleção específica para suas produções.
- b) Eventos: publicações de eventos organizados no *Campus*. Cada evento contará com uma coleção específica para suas produções.
- c) Produções científicas: artigos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos de autoria dos servidores e alunos da instituição. Cada categoria dos documentos acima citados contará com uma coleção específica para suas produções.
- d) Projetos: artigos, resumos e demais publicações resultantes dos projetos participantes dos editais de Ensino, Pesquisa, Extensão. Cada modalidade (ensino, pesquisa, extensão) será uma coleção.

Os formatos aceitos, em vista à preservação digital, são: PDF/A (textos), JPEG (imagens e vídeos), WAV (sonoro).

As comunidades 'Trabalhos acadêmicos' e 'Eventos' terão caráter de depósito obrigatório.

O acompanhamento das comunidades existentes e a criação de novas comunidades ocorrerá conforme a demanda institucional e mediante aprovação do Comitê Gestor.

POLÍTICA DE SUBMISSÃO / DEPÓSITO

O registro dos projetos (incluindo seus participantes e entidades envolvidas na execução) é de responsabilidade do coordenador do projeto que, de posse de seu *login* e senha, poderá preencher as informações ou mesmo importá-las do Sistema Integrado de Gestão (SIG) utilizado para o registro de projetos.

Fica previsto o depósito mediado dos seguintes documentos:

- a) Trabalhos acadêmicos: trabalhos de conclusão de curso, artigos e relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas (PPI).
- b) Eventos: publicações de eventos organizados no *Campus*.
- c) Produções científicas: artigos e capítulos de livros de autoria dos servidores e alunos da instituição.

O depósito mediado ocorre por meio da entrega do termo de depósito juntamente com cópia em formato digital na biblioteca. O bibliotecário fará o preenchimento dos metadados e o carregamento do arquivo para a plataforma.

POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS

As normas estabelecidas observam a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Lei do direito autoral.

Os documentos disponibilizados estarão protegidos por meio de Licença *Creative Commons*, permitindo seu uso com finalidades de estudo e pesquisa. A utilização dos documentos disponíveis no Repositório na elaboração de novas produções requer citação indicando todos os dados da obra.

Trabalhos que podem resultar em registro de patente ou marcas serão disponibilizados integralmente somente após a obtenção da mesma por meio do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Documentos que tenham sido publicados em outros meios (periódicos, livros) e estejam protegidos por licenças comerciais ou que tenham restrições contratuais não serão disponibilizados no repositório.

POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Terão acesso ilimitado ao sistema o bibliotecário e o analista de TI, ambos participantes do Comitê Gestor.

Os servidores da instituição poderão realizar cadastro (*login* e senha) para ter acesso ao cadastro dos projetos, participantes e instituições vinculadas.

Os usuários do serviço terão a possibilidade de realizar buscas diretamente na plataforma ou por meio de criação de *login* e senha, possibilitando criar alertas e acompanhar as novidades do repositório por email.

Os documentos que tenham pedidos de registro de marca ou patente serão inclusos no sistema, porém sua disponibilização ocorrerá somente após finalização de seu processo junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Os demais documentos estarão disponíveis para acesso e downloads, bem como seus metadados e dados estatísticos. O acesso aos metadados e documentos arquivados no Repositório Institucional será livre e gratuita a qualquer indivíduo, não sendo necessário qualquer cadastro ou pagamento.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A preservação dos arquivos depositados será garantida por meio da inclusão de arquivos com formato adequado à preservação em longo prazo, conforme estabelecido na Política de Conteúdo.

Identificadores permanentes: será utilizado o sistema *Handle System* para a localização permanente dos documentos depositados no RI.

Backup: diariamente deve ser realizado o *backup* dos bancos de dados garantindo a preservação dos documentos e das informações do sistema.

POLÍTICA DE MARKETING E OU COMUNICAÇÃO

Compete à equipe gestora, em parceria com a Assessoria de Comunicação, a criação da identidade visual do RI, a realização de divulgação interna e externa e a proposição de estratégias que visem o estímulo ao uso da ferramenta pela comunidade interna à instituição.

Periodicamente, devem ser realizadas formações com os servidores e alunos com o propósito de apresentar os recursos e vantagens obtidos com o depósito no repositório, objetivando o incentivo às publicações em Acesso Aberto.

GLOSSÁRIO

Acesso Aberto: “Disponibilidade gratuita da informação na Internet, para que qualquer usuário a possa ler, baixar, copiar, distribuir, com a possibilidade de buscar ou relacionar todos os textos destes artigos. Revisar a informação indexá-la, usá-la como dado para softwares, ou utilizá-la com qualquer outro propósito legal, sem empecilhos financeiros, legais ou técnicos, diferentes do fundamento de ter acesso à própria Internet.” (BUDAPEST..., 2012).

Backup: cópias de segurança. Um recurso que é, ou pode ser usado como, um substituto quando um recurso principal falha ou quando um arquivo foi corrompido (OXFORD, 2016). “Isso permite que as mesmas sejam duplicadas em outro local para uso caso não seja possível recuperá-las a partir de sua base original.” (SILVA, 2009, p. 35).

Coleções: divisões dentro das comunidades que objetivam conglomerar os documentos similares.

Comunidades: grandes categorias criadas dentro do sistema com a finalidade de criar lógica hierárquica dos conteúdos disponibilizados.

Depósito obrigatório: documentos que possuem obrigatoriedade de depósito no repositório institucional.

Depósito mediado: modalidade de depósito em que o pesquisador entrega o documento para terceiros [neste caso, o bibliotecário] realizar o depósito no sistema. (FREITAS; LEITE, 2018).

Handle System: sistema de identificadores permanentes. Permite que a identificação de objetos digitais transcenda sua localização, garantindo seu acesso permanente. (SAYÃO, 2007).

JPEG: Norma ISO 10918 de Compressão Digital e Codificação de Imagens Fixas Contínuas, desenvolvida pelo Joint Photographic Experts Group (JPEG) para a compressão de imagens digitais únicas. O objetivo era desenvolver um padrão de compressão de uso geral para atender às necessidades de quase todos os aplicativos de imagem, reduzindo a largura de banda necessária para transmitir a imagem ou a quantidade de memória necessária para armazená-la (OXFORD, 2016).

Licença Creative Commons: “[...] oferece licenças de direitos autorais gratuitas e fáceis de usar para criar uma maneira simples e padronizada de dar ao público a permissão de compartilhar e usar seu trabalho criativo.” (CREATIVE COMMONS, [201?]).

Open Archives Initiative: modelo que visa a interoperabilidade e integração dos repositórios (PAVÃO *et al*, 2013).

PDF/A: Formato de arquivo criado pelo Adobe Systems Acrobat para representar documentos que não dependem do software de aplicativo original, hardware e sistema operacional que os criou. Um arquivo PDF pode descrever documentos contendo qualquer combinação de texto, gráficos e imagens em um dispositivo e formato independente de resolução. Os documentos PDF podem ser uma única página ou centenas de páginas e podem conter hiperlinks. Os arquivos PDF/A agregam a funcionalidade de autenticidade, permitindo o arquivamento a longo prazo. (OXFORD, 2016)

Repositório Institucional: “[...] um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa).” (LEITE *et al.*, 2012, p. 7).

WAV: Um formato de arquivo do Windows para sons armazenados como formas de onda. Esses arquivos de som têm a extensão de arquivo wav (WRIGHT, DAINITH, 2006).

REFERÊNCIAS

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Prólogo: **A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste após 10 anos**. Budapeste, 2012. Disponível em:

<<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>.

Acesso em: dez. 2018.

CREATIVE COMMONS. Sobre. [201?]. Disponível em:

<https://br.creativecommons.org/sobre/>. Acesso em: 03 jul. 2019.

FREITAS, Marília; LEITE, Fernando. Proposição de diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto baseada na visão de diferentes atores do sistema de comunicação científica. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 96-109, set. 2018. ISSN 1518-2924. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p96/37380>>.

Acesso em: 04 jul. 2019.

doi:<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p96>.

LEITE, Fernando César Lima et al. **Repositórios Institucionais**: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília, DF: IBICT, 2012. Disponível em: <

<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em:

mar. 2019.

OXFORD. **Dictionary of Computer Science**. Oxford: 2016.

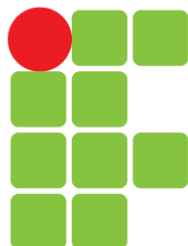
PAVÃO, Caterina Graposo et al. Motivações e desafios para a criação do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: Conferencia de Directores de Tecnología de Información, 3., 2013. **Actas ...**, Cartagena de Indias, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81720>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SAYÃO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes – URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 01, 65-82, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v19n1/06.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, Claudete Aurora da. **Gestão da segurança da informação**: um olhar a partir da Ciência da Informação. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/819/1/Claudete%20Aurora%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

WRIGHT, Edmund e DAINTITH, John. **The Facts on File Dictionary of Computer Science**. New York: Market House Books, 2006.

APÊNDICE D



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA**

POLÍTICAS PARA O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA – *CAMPUS PANAMBI*

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

Andre Zanki Cordenonsi

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura

Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialização em Gestão Eletrônica de Documentos na Administração Pública pela WPós, especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente cursa o Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede pela Universidade Federal de Santa Maria e é Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Maria.

Contato: debora.daenecke@gmail.com

Andre Zanki Cordenonsi

Andre Zanki Cordenonsi possui graduação em Informática pela Universidade Federal de Santa Maria (1996), mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Santa Maria, atuando nos Cursos de Graduação em Arquivologia e Sistemas de Informação. Também é pesquisador do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural e do Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede, ambos da UFSM, atuando na área de gestão de documentos eletrônicos e desenvolvimento de tecnologias educacionais para o ensino superior.

Contato: andrezc@inf.ufsm.br

Limites do Artefato

Este documento é resultado de um projeto de pesquisa realizada ao longo do curso de Mestrado Profissional em Tecnologias Educacionais em Rede na Universidade Federal de Santa Maria (2017-2019), de autoria de Débora Cristina Daenecke Albuquerque Moura sob a orientação do Professor Doutor André Zanki Cordenonsi. O objetivo do trabalho foi propor uma política para implantação de um Repositório Institucional, contribuindo para a preservação das pesquisas realizadas e promovendo o acesso aberto às informações produzidas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. As diretrizes foram estabelecidas com base em amplo estudo sobre Comunicação Científica, Repositórios Digitais e boas práticas para o planejamento e implantação desse tipo de serviço em Instituições de Ensino, em consonância com as demandas institucionais que foram elencadas por meio de entrevistas com servidores da

instituição. No entanto, ressalta-se que esta política ainda não foi aprovada ou avaliada pelo Instituto Federal Farroupilha e suas entidades gestoras.

SUMÁRIO

OBJETIVOS	04
MISSÃO	05
POLÍTICA DE GERENCIAMENTO	06
POLÍTICA DE CONTEÚDO	07
POLÍTICA DE SUBMISSÃO / DEPÓSITO	08
POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS	09
POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	10
POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	11
POLÍTICA DE MARKETING E OU COMUNICAÇÃO	12
GLOSSÁRIO	13
REFERÊNCIAS.....	15

OBJETIVOS

O objetivo do Repositório Institucional é organizar, preservar e ampliar a visibilidade da produção científica, resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Para atingir o objetivo, além de atender as demandas institucionais, o repositório estará configurado de forma a seguir os padrões e protocolos internacionais que regem a preservação e o Acesso Aberto, *Open Archives Initiative*, visando a integração deste serviço com sistemas nacionais e internacionais de comunicação científica em formato aberto.

MISSÃO

- I. preservar a produção intelectual da Instituição;
- II. ampliar a visibilidade da produção intelectual da Instituição;
- III. potencializar o intercâmbio científico com outras instituições;
- IV. acelerar o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão;
- V. ampliar o acesso à informação e à produção intelectual;
- VI. otimizar a gestão de investimentos em pesquisa;
- VII. fomentar o desenvolvimento social.

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO

A equipe gestora do Repositório Institucional tem por objetivo acompanhar e estimular o desenvolvimento, povoamento e aperfeiçoamento do repositório e sua projeção em portais garantindo a ampla visibilidade do serviço.

O comitê Gestor será composto por 1 bibliotecário, 1 analista de Tecnologia da Informação (TI), 1 representante da Direção de Pesquisa Extensão e Produção, 1 representante de cada eixo dos cursos ofertados no Campus, e 1 representante da Assessoria de Comunicação do *Campus*.

Ao bibliotecário compete gerir o conteúdo do repositório, trabalhar ativamente com capacitações voltadas aos usuários e acompanhamento das demandas institucionais; definir metadados para a representação e preservação dos documentos, bem como, estabelecer padrões para o preenchimento dos valores desses metadados, considerando a missão do Repositório Institucional e padrões internacionalmente utilizados; e manter um monitoramento para garantir que o material das comunidades esteja em conformidade com os critérios estabelecidos

Ao analista de TI compete gerir o sistema utilizado pelo repositório, realizar as atualizações do sistema, fazer adequações no que se refere aos metadados e às coleções, configurar a plataforma conforme padrões e protocolos internacionais da *Open Archives Initiative* afim de garantir a inserção do RI em sistemas de informação científica nacionais e internacionais.

Ao representante da Direção de Pesquisa, Extensão e Produção, aos representantes de cada eixo dos cursos e ao representante da Assessoria de Comunicação do *Campus* compete a participação no Conselho de Gestão do RI, responsabilizando-se por acompanhar as atividades relacionadas ao RI: comunidades, povoação, estratégias de marketing, e outras demandas que necessitem tomada de decisão referente aos conteúdos, às comunidades e às políticas do RI.

POLÍTICA DE CONTEÚDO

Os documentos que podem ser disponibilizados no repositório são aqueles resultantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão de autoria dos discentes, docentes e técnicos administrativos do *Campus*.

Inicialmente, ficam criadas as seguintes comunidades:

- e) Trabalhos acadêmicos: trabalhos de conclusão de curso, artigos e relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas (PPI). Cada curso contará com uma coleção específica para suas produções.
- f) Eventos: publicações de eventos organizados no *Campus*. Cada evento contará com uma coleção específica para suas produções.
- g) Produções científicas: artigos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos de autoria dos servidores e alunos da instituição. Cada categoria dos documentos acima citados contará com uma coleção específica para suas produções.
- h) Projetos: artigos, resumos e demais publicações resultantes dos projetos participantes dos editais de Ensino, Pesquisa, Extensão, Projetos Institucionais de Desenvolvimento e Projetos de Inovação. Cada modalidade (ensino, pesquisa, extensão, institucional de desenvolvimento e inovação) será uma coleção.

Os formatos aceitos, em vista à preservação digital, são: PDF/A (textos), JPEG (imagens e vídeos), WAV, MP3 e MP4 (sonoro).

As comunidades 'Trabalhos acadêmicos' e 'Eventos' terão caráter de depósito obrigatório.

O acompanhamento das comunidades existentes e a criação de novas comunidades ocorrerá conforme a demanda institucional e mediante aprovação do Comitê Gestor.

POLÍTICA DE SUBMISSÃO / DEPÓSITO

O registro dos projetos (incluindo seus participantes e entidades envolvidas na execução) é de responsabilidade do coordenador do projeto que, de posse de seu *login* e senha, poderá preencher as informações ou mesmo importá-las do Sistema Integrado de Gestão (SIG) utilizado para o registro de projetos.

Fica previsto o depósito mediado dos seguintes documentos:

- d) Trabalhos acadêmicos: trabalhos de conclusão de curso, artigos e relatórios finais das Práticas Profissionais Integradas (PPI).
- e) Eventos: publicações de eventos organizados no *Campus*.
- f) Produções científicas: artigos e capítulos de livros de autoria dos servidores e alunos da instituição.

O depósito mediado ocorre por meio da entrega do termo de depósito juntamente com cópia em formato digital na biblioteca. O bibliotecário fará o preenchimento dos metadados e o carregamento do arquivo para a plataforma.

POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS

As normas estabelecidas observam a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Lei do direito autoral.

Os documentos disponibilizados estarão protegidos por meio de Licença *Creative Commons*, permitindo seu uso com finalidades de estudo e pesquisa. A utilização dos documentos disponíveis no Repositório na elaboração de novas produções requer citação indicando todos os dados da obra.

Trabalhos que podem resultar em registro de patente ou marcas serão disponibilizados integralmente somente após a obtenção da mesma por meio do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Documentos que tenham sido publicados em outros meios (periódicos, livros) e estejam protegidos por licenças comerciais ou que tenham restrições contratuais não serão disponibilizados no repositório.

POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Terão acesso ilimitado ao sistema o bibliotecário e o analista de TI, ambos participantes do Comitê Gestor.

Os servidores da instituição poderão realizar cadastro (*login* e senha) para ter acesso ao cadastro dos projetos, participantes e instituições vinculadas.

Os usuários do serviço terão a possibilidade de realizar buscas diretamente na plataforma ou por meio de criação de *login* e senha, possibilitando criar alertas e acompanhar as novidades do repositório por email.

Os documentos que tenham pedidos de registro de marca ou patente serão inclusos no sistema, porém sua disponibilização ocorrerá somente após finalização de seu processo junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Os demais documentos estarão disponíveis para acesso e downloads, bem como seus metadados e dados estatísticos. O acesso aos metadados e documentos arquivados no Repositório Institucional será livre e gratuita a qualquer indivíduo, não sendo necessário qualquer cadastro ou pagamento. Será possível realizar pesquisas na plataforma utilizando os campos de autoria; título; assunto; ISBN, ISSN ou DOI (quando houver); ano; formato de arquivo; tipo de documento (artigo, relatório, trabalho de conclusão de curso...).

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A preservação dos arquivos depositados será garantida por meio da inclusão de arquivos com formato adequado à preservação em longo prazo, conforme estabelecido na Política de Conteúdo.

Identificadores permanentes: será utilizado o sistema *Handle System* para a localização permanente dos documentos depositados no RI.

Backup: diariamente deve ser realizado o *backup* dos bancos de dados garantindo a preservação dos documentos e das informações do sistema.

POLÍTICA DE MARKETING E OU COMUNICAÇÃO

Compete à equipe gestora, em parceria com a Assessoria de Comunicação, a criação da identidade visual do RI, a realização de divulgação interna e externa e a proposição de estratégias que visem o estímulo ao uso da ferramenta pela comunidade interna à instituição.

Periodicamente, devem ser realizadas formações com os servidores e alunos com o propósito de apresentar os recursos e vantagens obtidos com o depósito no repositório, objetivando o incentivo às publicações em Acesso Aberto.

GLOSSÁRIO

Acesso Aberto: “Disponibilidade gratuita da informação na Internet, para que qualquer usuário a possa ler, baixar, copiar, distribuir, com a possibilidade de buscar ou relacionar todos os textos destes artigos. Revisar a informação indexá-la, usá-la como dado para softwares, ou utilizá-la com qualquer outro propósito legal, sem empecilhos financeiros, legais ou técnicos, diferentes do fundamento de ter acesso à própria Internet.” (BUDAPEST..., 2012).

Backup: cópias de segurança. Um recurso que é, ou pode ser usado como, um substituto quando um recurso principal falha ou quando um arquivo foi corrompido (OXFORD, 2016). “Isso permite que as mesmas sejam duplicadas em outro local para uso caso não seja possível recuperá-las a partir de sua base original.” (SILVA, 2009, p. 35).

Coleções: divisões dentro das comunidades que objetivam conglomerar os documentos similares.

Comunidades: grandes categorias criadas dentro do sistema com a finalidade de criar lógica hierárquica dos conteúdos disponibilizados.

Depósito obrigatório: documentos que possuem obrigatoriedade de depósito no repositório institucional.

Depósito mediado: modalidade de depósito em que o pesquisador entrega o documento para terceiros [neste caso, o bibliotecário] realizar o depósito no sistema. (FREITAS; LEITE, 2018).

Handle System: sistema de identificadores permanentes. Permite que a identificação de objetos digitais transcenda sua localização, garantindo seu acesso permanente. (SAYÃO, 2007).

JPEG: Norma ISO 10918 de Compressão Digital e Codificação de Imagens Fixas Contínuas, desenvolvida pelo Joint Photographic Experts Group (JPEG) para a compressão de imagens digitais únicas. O objetivo era desenvolver um padrão de compressão de uso geral para atender às necessidades de quase todos os aplicativos de imagem, reduzindo a largura de banda necessária para transmitir a imagem ou a quantidade de memória necessária para armazená-la (OXFORD, 2016).

MP3: Uma forma de compactação de áudio baseada no formato MPEG para vídeo. Os usuários especificam uma taxa de bits - o número de kilobits a serem usados para cada segundo - e o codificador de MP3 descartará diferenças no sinal de som suficientes para isso. Taxas de bit mais baixas, portanto, fornecem arquivos menores, mas menor qualidade de som na reprodução.

MP4: O padrão ISO/IEC 11172 para compactação de imagens em movimento com dados de áudio e temporização. Ele é projetado para reduzir a quantidade de informações necessárias para descrever uma sequência de vídeo, reduzindo a largura de banda necessária para transmitir a sequência ou a quantidade de memória necessária para armazená-la. O padrão MPEG-4 suporta renderização 3D e interatividade.

Licença Creative Commons: “[...] oferece licenças de direitos autorais gratuitas e fáceis de usar para criar uma maneira simples e padronizada de dar ao público a permissão de compartilhar e usar seu trabalho criativo.” (CREATIVE COMMONS, [201?]).

Open Archives Initiative: modelo que visa a interoperabilidade e integração dos repositórios (PAVÃO *et al*, 2013).

PDF/A: Formato de arquivo criado pelo Adobe Systems Acrobat para representar documentos que não dependem do software de aplicativo original, hardware e sistema operacional que os criou. Um arquivo PDF pode descrever documentos contendo qualquer combinação de texto, gráficos e imagens em

um dispositivo e formato independente de resolução. Os documentos PDF podem ser uma única página ou centenas de páginas e podem conter hiperlinks. Os arquivos PDF/A agregam a funcionalidade de autenticidade, permitindo o arquivamento a longo prazo. (OXFORD, 2016)

Repositório Institucional: “[...] um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa).” (LEITE *et al.*, 2012, p. 7).

WAV: Um formato de arquivo do Windows para sons armazenados como formas de onda. Esses arquivos de som têm a extensão de arquivo wav (WRIGHT, DAINITH, 2006).

REFERÊNCIAS

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Prólogo: **A Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste após 10 anos**. Budapeste, 2012. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. Acesso em: dez. 2018.

CREATIVE COMMONS. Sobre. [201?]. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/sobre/>. Acesso em: 03 jul. 2019.

FREITAS, Marília; LEITE, Fernando. Proposição de diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto baseada na visão de diferentes atores do sistema de comunicação científica. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 96-109, set. 2018. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p96/37380>>. Acesso em: 04 jul. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p96>.

LEITE, Fernando César Lima et al. **Repositórios Institucionais**: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília, DF: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

OXFORD. **Dictionary of Computer Science**. Oxford: 2016.

PAVÃO, Caterina Graposo et al. Motivações e desafios para a criação do repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: Conferencia de Directores de Tecnología de Información, 3., 2013. **Actas ...**, Cartagena de Indias, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/81720>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SAYÃO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes – URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 01, 65-82, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v19n1/06.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, Claudete Aurora da. **Gestão da segurança da informação**: um olhar a partir da Ciência da Informação. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/819/1/Claudete%20Aurora%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

WRIGHT, Edmund e DAINTITH, John. **The Facts on File Dictionary of Computer Science**. New York: Market House Books, 2006.

ANEXO A

Questionário SCALE

Nome do artefato: _____

Gostariamos que você respondesse as questões abaixo sobre a qualidade do artefato técnico que está sendo analisado para nos ajudar a melhorá-lo. Todos os dados são coletados anonimamente e somente serão realizados no contexto desta pesquisa.

Nome do(a) pesquisador(a) responsável: _____

Local e data: _____

Informações Demográficas	
Instituição:	
Faixa etária:	<input type="checkbox"/> Menos de 18 anos <input type="checkbox"/> 18 a 28 anos <input type="checkbox"/> 29 a 39 anos <input type="checkbox"/> 40 a 50 anos <input type="checkbox"/> Mais de 50 anos
Cargo:	
Formação:	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto. <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo. <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto. <input type="checkbox"/> Ensino médio completo. <input type="checkbox"/> Curso técnico. Qual? <input type="checkbox"/> Curso superior. Qual? <input type="checkbox"/> Mestrado. Qual? <input type="checkbox"/> Doutorado. Qual?
Com que frequência você costuma utilizar os dispositivos/técnicas/modelos abordados pelo artefato técnico:	<input type="checkbox"/> Nunca: nunca utilizo. <input type="checkbox"/> Raramente: utilizo de tempos em tempos. <input type="checkbox"/> Mensalmente: utilizo pelo menos uma vez por mês. <input type="checkbox"/> Semanalmente: utilizo pelo menos uma vez por semana. <input type="checkbox"/> Diariamente: utilizo todos os dias.

Por favor, **marque uma opção** de acordo com o quanto você concorda ou discorda de cada afirmação abaixo.

SUPORTE						
Afirmações		Marque uma opção conforme sua avaliação				
		Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
1	O artefato utiliza fontes externas e ou exemplos para corroborar as suas afirmações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	O artefato possui uma seção de referências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	A seção de referências é clara e contém informações suficientes para ser consultada, em caso de dúvidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	A seção de referências é livre de erros em sua formatação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	A seção de referências contempla todas as	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	publicações citadas na apresentação textual do artefato.					
6	Os apêndices citados no artefato foram incluídos na seção de apêndices.	()	()	()	()	()
7	As informações e dados presentes nos apêndices estão claramente apresentados e explicados.	()	()	()	()	()
8	Faltam documentos ou dados adicionais necessários para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
9	As estatísticas e gráficos utilizados apresentam a fonte dos dados.	()	()	()	()	()

CREDIBILIDADE						
Afirmações		Marque uma opção conforme sua avaliação				
		Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
10	Os autores do artefato são claramente identificados na capa.	()	()	()	()	()
11	A afiliação dos autores é claramente identificada na capa.	()	()	()	()	()
12	Estão presentes informações sobre a biografia dos autores.	()	()	()	()	()
13	Estão presentes informações de contato dos autores.	()	()	()	()	()
14	A(s) organização(ões) afiliadas dos autores são reconhecidas dentro da área objeto do artefato analisado.	()	()	()	()	()
15	O objetivo do artefato é apresentado de forma clara no início do texto.	()	()	()	()	()
16	O contexto histórico relativo ao objetivo do artefato é apresentado de forma clara.	()	()	()	()	()

ACURÁCIA						
Afirmações		Marque uma opção conforme sua avaliação				
		Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
17	O título é suficientemente claro e conciso para identificar do que se trata o artefato.	()	()	()	()	()
18	A data de preparação do artefato é identificada na capa.	()	()	()	()	()
19	O público alvo do artefato é identificado no início do texto.	()	()	()	()	()
20	As limitações do artefato são descritas com correção.	()	()	()	()	()
21	As recomendações finais apresentadas no artefato são claras.	()	()	()	()	()
22	O artefato cumpre com os objetivos apresentados.	()	()	()	()	()
23	Os métodos de coleta de dados e ou informações e seus instrumentos são descritos com correção.	()	()	()	()	()
24	Cada seção do artefato apresenta os dados e informações necessários para realizar a tarefa.	()	()	()	()	()

25	Cada seção do artefato permite a consulta por diferentes níveis de usuários.	()	()	()	()	()
26	O texto é escrito em uma linguagem acessível para o público alvo.	()	()	()	()	()
27	O texto é compreensível e bem desenvolvido.	()	()	()	()	()
28	O artefato apresenta um grande número de erros de gramática?	()	()	()	()	()

LEGITIMIDADE						
Afirmações		Marque uma opção conforme sua avaliação				
		Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
29	O artefato apresenta argumentos ponderados e equilibrados (precisão e racionalidade nos argumentos).	()	()	()	()	()
30	O artefato é objetivo na construção do texto (independente da interferência da opinião pessoal na construção do texto).	()	()	()	()	()
31	O artefato é consistente em sua argumentação (existência de contradições ou inconsistências).	()	()	()	()	()
32	Uma revisão ou exploração de artefatos relacionados é apresentada.	()	()	()	()	()
33	O artefato é escrito de forma a expressar verdades absolutas ou exageradas, com generalizações.	()	()	()	()	()
34	O artefato apresenta as explicações teóricas mínimas necessárias para alcançar seus objetivos.	()	()	()	()	()

ESTRUTURA						
Afirmações		Marque uma opção conforme sua avaliação				
		Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
35	Listas de tabelas, figuras e apêndices foram incluídas no artefato.	()	()	()	()	()
36	Lista de acrônimos ou abreviações foram incluídas no artefato.	()	()	()	()	()
37	Um glossário foi incluído no artefato.	()	()	()	()	()
38	A lista de agradecimentos inclui todos os contribuidores do artefato?	()	()	()	()	()
39	Um sumário com o conteúdo a ser abordado no artefato é apresentado?	()	()	()	()	()
40	A paginação está correta.	()	()	()	()	()
41	Uma descrição da estrutura do artefato é fornecida no início do texto.	()	()	()	()	()
42	Os gráficos são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
43	As figuras são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
44	As tabelas são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
45	As equações são legíveis e contribuem para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
46	A formatação do texto é legível e contribui para a compreensão do artefato.	()	()	()	()	()
47	A ordem de apresentação das seções segue uma forma lógica e contribui para a compreensão do	()	()	()	()	()

	artefato.					
48	As seções são objetivas e apresentam claramente seu propósito para a compreensão final dos objetivos do artefato.	()	()	()	()	()
49	Ícones, quando utilizados, são reconhecidos com facilidade e mantém o mesmo significado em todas as seções do artefato.	()	()	()	()	()

O que você achou de mais importante no artefato?

O que poderia ser melhorado no artefato?

Gostaria de fazer mais algum comentário?

Muito obrigado pela sua contribuição!